



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE
HISTÓRIA

JOSÉ ALVES NUNES DO NASCIMENTO JÚNIOR

**O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DE LAJEADO – TO: UMA ABORDAGEM NAS
AULAS DE HISTÓRIA**

Araguaína/TO
2022

JOSÉ ALVES NUNES DO NASCIMENTO JÚNIOR

**O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DE LAJEADO – TO: UMA ABORDAGEM NAS
AULAS DE HISTÓRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História. Foi avaliada para obtenção do título de Mestre em Ensino de História e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador: Dr. Bertone de Oliveira Sousa

Araguaína (TO)
2022

FOLHA DE APROVAÇÃO

JOSÉ ALVES NUNES DO NASCIMENTO JÚNIOR

**O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DE LAJEADO: UMA ABORDAGEM NAS
AULAS DE HISTÓRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História. Foi avaliada para obtenção do título de Mestre em Ensino de História e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 07 / 03 / 2022

Banca Examinadora



Prof. Dr. Bertone de Oliveira Sousa (Orientador)

Universidade Federal do Tocantins – UFT



Prof. Dr. Moisés Pereira da Silva (Avaliador interno)

Universidade Federal do Tocantins – UFT



Prof. Dr. Arnaldo Martin Szlachta Júnior (Avaliador externo)

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Araguaína (TO)
2022

*Dedico esta dissertação ao meu pai, José
Alves, à minha mãe, Ana Maria, à minha
esposa, Camilla, e aos meus filhos Heitor
e Inácio.*

*“Ensinar não é transferir conhecimento,
mas criar as possibilidades para a sua
própria produção ou a sua construção”.
(Paulo Freire)*

AGRADECIMENTOS

Produzir este trabalho em um momento tão delicado como este em que o mundo está passando, em função da pandemia de COVID-19, só foi possível com o apoio de pessoas que nos inspiram e que apoiam.

Quando falo em inspiração para minha vida, não vejo outra pessoa que não seja meu pai. Ele é o meu “super-herói” na vida real. Ensinou-me a ter fé, paciência e perseverança nos momentos difíceis, a acreditar que depois de uma tempestade vem sempre a bonança. Neste momento, temos a oportunidade de rever tudo que aconteceu e poder crescer com isso.

Minha mãe, que é um exemplo de dedicação com a família, sempre foi uma mãezona e agora se tornou uma avozona para seus netos. Nos momentos mais difíceis, ela trabalhou incansavelmente para conseguir manter a comida na mesa de nossa casa. É uma mulher de garra e determinação. Para ela, externo meus sinceros agradecimentos.

Camilla, minha esposa, é meu porto seguro, lugar onde sei que sempre terei o que preciso, desde palavras doces àquelas duras que muitas vezes precisamos ouvir para continuar a caminhada. Sem ela, não teria conseguido chegar até aqui. Foi quem me motivou a concluir minha graduação, que por várias vezes pensei em desistir. Exemplo de mãe e de companheira, foi quem me deu os maiores presentes da minha vida, meus lindos e queridos filhos Heitor e Inácio.

Agradeço também minha mãe espiritual, Mãe Maria Baiana, por me ajudar na difícil missão do autoconhecimento. Agradeço a umbanda e todos os orixás, em especial meu Pai Ogum, que sempre me deu fé, coragem e serenidade para enfrentar os obstáculos da vida.

Agradeço aos meus professores do Profhistória: Dernival, Vera, Wellington, Dagmar, Martha, Dimas, Marcos Edilson e Moisés. Meus agradecimentos especiais vão para meu orientador, Professor Bertone.

Dedico este trabalho à memória de nosso colega de turma Francisco Denis, falecido vítima da COVID-19.

RESUMO

Esta dissertação tem como tema o uso do Patrimônio Arqueológico nas Aulas de História. Buscou-se com este trabalho apresentar como os registros arqueológicos encontrados no município de Lajeado, estado do Tocantins, podem contribuir para as aulas de História da Escola Municipal Sebastião de Sales Monteiro. O objetivo foi demonstrar a viabilidade de trabalhar o Patrimônio Arqueológico de Lajeado através da Educação Patrimonial. Para este trabalho, foram usadas as metodologias de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa iconográfica. Nesse sentido, foi possível demonstrar a possibilidade de usar formas inovadoras para despertar o interesse do estudante por temáticas como a Pré-História. Para tanto, a partir dos resultados desta dissertação de mestrado, foi proposta a criação de um Painel Digital de Imagens na rede social Instagram, administrada pelos próprios estudantes, e que servirá para compartilhar experiências vividas pelo contato com o Patrimônio Arqueológico de Lajeado. Esse produto didático-pedagógico alinha-se com a proposta de Educação Patrimonial, auxiliando no processo de ensino-aprendizagem nas aulas de História.

Palavras-chaves: Ensino de História. Pré-História. Patrimônio Arqueológico. Educação Patrimonial.

ABSTRACT

This dissertation has as its theme the use of Archaeological Heritage in History Classes. The aim of this work was to present how the archaeological records found in the municipality of Lajeado, State of Tocantins, can contribute to the History classes at Escola Municipal Sebastião de Sales Monteiro. The objective was to demonstrate the feasibility of working the Archaeological Heritage of Lajeado through Heritage Education. For this work, the methodology of bibliographic research, documental research and iconographic research was used. In this sense, it was possible to demonstrate the possibility of using innovative ways to arouse student interest in topics such as Prehistory. Therefore, based on the results of this master's thesis, it was proposed to create a Digital Image Panel on the social network Instagram, managed by the students themselves, and which will serve to share experiences lived through contact with the Archaeological Heritage of Lajeado. This didactic-pedagogical product is in line with the Heritage Education proposal, and helps in the teaching/learning process in History classes.

Key-words: Teaching History. Prehistory. Archaeological Heritage. Heritage Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da localização do município de Lajeado-TO.	23
Figura 2 - Vista panorâmica da UHE e da cidade de Lajeado.....	24
Figura 3 - Justiniano Sales Monteiro e sua esposa, Brígida Nunes Carvalho	27
Figura 4 - Algumas localizações de Sítios Arqueológicos no município de Lajeado.	37
Figura 5 - Abrigo São José. Município de Lajeado-TO.....	38
Figura 6 - Abrigo São José. Município de Lajeado-TO	38
Figura 7 - Abrigo São José. Município de Lajeado-TO.....	39
Figura 8 - A representação de um ser híbrido ave/antropomorfo. Abrigo São José. Município de Lajeado-TO	39
Figura 9 - Imagem contrastada das sobreposições: A representação de um ser híbrido ave/antropomorfo. Abrigo São José. Município de Lajeado – TO.	40
Figura 10 - Grafismo de um antropomorfo. Abrigo São José. Município de Lajeado-TO.....	40
Figura 11 - Imagem contrastada das sobreposições: preenchimento amarelo sob antropomorfo e contorno vermelho sobre. Abrigo São José. Município de Lajeado-TO	41
Figura 12 - Localização do Sítio arqueológico Vão do Caititu. Vale do Rio Lajeado.	42
Figura 13 - Passarela Sítio Arqueológico Vão do Caititu. Vale do Rio Lajeado.	42
Figura 14 - Sítio Arqueológico Vão do Caititu. Vale do Rio Lajeado.	43
Figura 15 - Sítio Arqueológico Vão do Caititu. Vale do Rio Lajeado.	44
Figura 16 - Cervídeos amarelos contornados em vermelho. Preenchimento com zonas reservadas sem pintura. Sítio Arqueológico Vão do Caititu. Lajeado-TO	44
Figura 17 - Localização do Sítio arqueológico Abrigo do Brejão. Lajeado-TO.	46
Figura 18 - Caverna em cujo friso estão os grafismos. Abrigo do Brejão. Município de Lajeado-TO.	46
Figura 19 - Grafismo no friso da entrada da gruta. Abrigo do Brejão. Lajeado-TO.	47
Figura 20 - Grafismo no friso da gruta. Imagem contrastada. Trata-se de um ser de identificação ambígua, pois o corpo é antropomorfo e as orelhas são de animal. Abrigo do Brejão. Município de Lajeado-TO.....	47
Figura 21 - Grafismo no paredão. Abrigo do Brejão. Município de Lajeado-TO.....	48
Figura 22 - Grafismo no paredão. Abrigo do Brejão. Município de Lajeado-TO.....	48
Figura 23 - Imagem contrastada. O cervídeo foi pintado a 3,60 m do solo atual. A pintura é bicrômica: contorno vermelho amarronzado e preenchimento amarelo com zonas internas sem pintura Abrigo do Brejão. Município de Lajeado-TO.....	49
Figura 24 - O cervídeo, tal qual o grafismo anterior, foi pintado 3,55 m acima do solo atual. A pintura tem contorno vermelho e sem preenchimento interno. Abrigo do Brejão. Município de Lajeado-TO.....	49
Figura 25 - Localização do Sítio arqueológico Abrigo Veneza. Vale do Rio Lajeado..	50
Figura 26 - Grafismos no paredão do Sítio arqueológico Abrigo Veneza. Vale do Rio Lajeado	51
Figura 27 - Cervídeo bicrômico com zonas reservadas sem pinturas. Grafismos no paredão do Sítio arqueológico Abrigo Veneza. Vale do Rio Lajeado	51
Figura 28 - Um grande quadrúpede (1,10m) foi pintado ao alto, a 2,36 m acima do patamar de apoio, com as patas estendidas em direções opostas. Grafismos no paredão do Sítio Arqueológico Abrigo Veneza. Vale do Rio Lajeado.....	52
Figura 29 - Um grande quadrúpede (1,10m) foi pintado ao alto, a 2,36 m acima do patamar de apoio, com as patas estendidas em direções opostas. Grafismos no paredão do Sítio arqueológico Abrigo Veneza. Vale do Rio Lajeado	52

Figura 30 - Localização do Sítio Arqueológico Foz do Lajeado. Vale do Rio Lajeado.	54
Figura 31 - Cascalheira do Lajeado, concentração e variedade de matéria prima. Proximidades da foz do rio Lajeado. Município de Lajeado-TO.	54
Figura 32 - Artefato Bifacial sobre lasca. Proximidades da foz do Rio Lajeado. Município de Lajeado-TO	55
Figura 33 - Ponta de projétil. Proximidades da foz do Rio Lajeado. Lajeado-TO.	55
Figura 34 - Gravura sobre rocha de arenito. Técnica de picoteamento. Foz do Lajeado. Município de Lajeado-TO	56
Figura 35 - Gravura sobre a rocha. Ao lado, decalque da rocha, sítio Foz do Lajeado. Município de Lajeado-TO	56
Figura 36 - Gravura sobre rocha de arenito. Esta gravura de uma cúpula central de onde partem os raios é vista também em outras rochas. Técnica de picoteamento. Foz do Lajeado. Município de Lajeado-TO.	57
Figura 37- Gravura sobre a rocha. Ao lado, decalque da rocha, Sítio Foz do Lajeado. Município de Lajeado-TO	57
Figura 38 - Gravura sobre rocha de arenito. Técnica de picoteamento. Foz do Lajeado. Município de Lajeado-TO	58
Figura 39 - Gravura sobre a rocha. Ao lado, decalque da rocha, Sítio Foz do Lajeado. Município de Lajeado-TO	58
Figura 40 - A rocha está situada da parte central do Rio Lajeado. Sítio Foz do Lajeado. Município de Lajeado-TO	59
Figura 41 - Gravura sobre a rocha, detalhe para gravuras de antropomorfos. Ao lado, decalque da rocha, Sítio Foz do Lajeado. Município de Lajeado-TO.	59
Figura 42 - Técnica de picoteamento sobre a rocha. São três círculos concêntricos e um cervídeo, o único exemplar. Sítio Foz do Lajeado. Município de Lajeado-TO.	60
Figura 43 - Gravura sobre a rocha, detalhe para gravuras de um cervídeo. Ao lado, decalque da rocha, Sítio Foz do Lajeado. Município de Lajeado-TO	60
Figura 44 - Artesanato cerâmico com desenhos de arte rupestre.	81
Figura 45 - Passarela Sítio Arqueológico Caititu. Lajeado-TO	82
Figura 46 - Print da conta “Arqueologia Lajeado”, rede social Instagram.	92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PCH	Pequena Central Hidrelétrica
AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CAPES	Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior
UC	Unidade de Conservação
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
PROCAMBIX	Programa de Compensação Ambiental Xerente
JICA	Agência Japonesa de Cooperação Internacional
SEPLAN	Secretaria de Planejamento do Estado do Tocantins
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
UHL	Usina Hidrelétrica de Lajeado
APASL	Área de Proteção Ambiental Serra do Lajeado
GEDUC	Gerência de Educação Patrimonial e Projetos
AMAE	Associação das Mulheres Artesãs e Empreendedoras de Lajeado
UNITINS	Fundação Universidade do Tocantins
NUTA	Núcleo Tocantinense de Arqueologia
MEC	Ministério da Educação
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
UFT	Universidade Federal do Tocantins
OMS	Organização Mundial da Saúde
TDIC	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação
SAB	Sociedade de Arqueologia Brasileira
DCT	Documento Curricular do Tocantins

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	O MUNICÍPIO DE LAJEADO, ESTADO DO TOCANTINS.....	23
2.1	A história de Lajeado: Os colonizadores.....	26
2.2	A história de Lajeado: Os povos nativos.....	29
3	O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DE LAJEADO.....	33
3.1	Sítio Arqueológico Abrigo São José.....	37
3.2	Sítio Arqueológico Abrigo Vão do Caititu.....	41
3.3	Sítio Arqueológico Abrigo do Brejão.....	45
3.4	Sítio Arqueológico Abrigo Veneza.....	50
3.5	Sítio Arqueológico Foz do Lajeado.....	53
3.6	O papel das aulas de História no conhecimento e na preservação do Patrimônio Arqueológico.....	62
3.6.1	As aulas de História e a orientação da BNCC e do DCT.....	66
4	PRÉ-HISTÓRIA, ARQUEOLOGIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	71
4.1	A Pré-História no Ensino de História.....	71
4.2	Arqueologia e o Patrimônio Arqueológico	74
4.3	Educação Patrimonial	83
5	PRODUTO PEDAGÓGICO: PERFIL NA REDE SOCIAL <i>INSTAGRAM</i>® - “ARQUEOLOGIA LAJEADO”.....	89
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
	REFERÊNCIAS.....	98

1. INTRODUÇÃO

“Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”. Paulo Freire

Lembro-me do meu tempo de estudante com um carinho muito especial, pois nos primeiros anos fui acolhido com muito carinho no Colégio Nossa Senhora Aparecia (CNSA), um colégio de freiras franciscanas e administrado pela Igreja Católica, localizado no município de Uruaçu, Goiás. É uma instituição privada que atende a uma minoria abastada da população da região. Meus pais não dariam conta de bancar os custos, não fosse a ajuda de uma tia, irmã da minha mãe.

Com o sistema de ensino ultraconservador, todos os dias antes do início das aulas era preciso cantar o Hino Nacional e fazer as orações. Todas as sextas-feiras o padre ia até o Colégio para celebrar uma missa na capela e depois receber as confissões dos estudantes. Era expressamente proibido o contato de homens com mulheres, nem mesmo pegar nas mãos, sendo o namoro inadmissível. Quando a mensalidade era atrasada (era quase sempre o meu caso), colocava-se uma lista dos alunos inadimplentes no mural da sala de aula. Isso causava muito constrangimento para os estudantes, mas, no meu caso, que já estava acostumado, nem me importava mais com a chacota dos outros.

Os professores eram bons, pois para trabalhar lá teria que comprovar experiência e capacidade. Minha primeira professora foi Dona Ditosa, que alfabetizou centenas de pessoas, inclusive minha mãe. Era uma pessoa muito carinhosa, que em seu olhar transmitia o amor em ensinar. Tenho a lembrança do meu primeiro dia de aula, quando Tia Ditosa perguntou o nome de cada aluno. Antes de mim, um aluno disse seu nome: Júnior. Quando chegou minha vez, também falei Júnior. Então, ela disse: “Temos dois alunos com o mesmo nome na sala. Isso não vai dar certo”. Ela olhou pra mim novamente e perguntou qual meu primeiro nome. Respondi: “José”. Ela pensou um pouco e falou: “Acho que irei te chamar de Zezinho”. Até hoje alguns colegas daquela época me chamam assim, e toda vez me lembro com carinho da minha primeira professora, Tia Ditosa.

Nos anos finais do Primeiro Grau, tive uma professora de História que se chamava Joselha, pessoa calma, serena, muito amiga dos alunos, diferente da característica dos outros professores. Acho que foi aí que comecei minha paixão

pela disciplina de História. Estudei no CNSA até concluir o primeiro grau, hoje Ensino Fundamental.

Iniciei meu Segundo Grau (hoje Ensino Médio) no ano de 1995, no Liceu de Goiânia, uma instituição de ensino pública localizada no centro da capital, Goiânia. Foi o primeiro colégio estadual de Goiânia e oferecendo somente o Segundo Grau. Mesmo sendo um colégio público, somente a elite goiana estudava ali, como são os casos dos ex-prefeitos e ex-governadores Pedro Ludovico Teixeira, Mauro Borges, Íris Rezende, Nion Albernaz, Pedro Wilson, dos escritores José Jacinto Veiga, Bernardo Élis, José de Aquino, Bariani Ortêncio.

Um estudante que marcou a história do Liceu de Goiânia foi Marco Antônio Dias Batista, que era um militante da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VARP) e dirigente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). Em plena ditadura militar, período político de extrema censura, lutou pela liberdade democrática. Foi visto pela última vez em março de 1970 em Porto Nacional, estado de Goiás, hoje Tocantins. A Comissão da Verdade concluiu em um documento oficial que Marco Antônio Dias Baptista foi morto pelas mãos da polícia que servia ao Governo Militar. Com apenas 15 anos, é considerado o mais novo desaparecido político do período da ditadura, sendo que seus restos mortais nunca foram localizados.

O Grêmio Estudantil Marco Antônio Dias Batista, do Colégio Liceu de Goiânia é uma homenagem por sua luta pela liberdade. Foi militando nesse Grêmio que aprendi que a luta por direitos é constante e necessária. O grupo do qual fiz parte (Ruptura) era apartidário e independente. Lutávamos contra juventudes de partidos políticos que se infiltravam nas escolas buscando os grêmios escolares para aumentar sua base partidária. Com o término de meus estudos, meu sonho era fazer um curso na Universidade Federal de Goiás (UFG) na área de Humanas, mas foi suspenso devido à necessidade de trabalhar.

Voltei para minha cidade natal 10 anos depois, onde fui trabalhar com meu pai, mas meu sonho de cursar uma universidade nunca me abandonou. Poucos anos depois, a Universidade Estadual de Goiás (UEG) passou a ofertar o curso de Licenciatura em História no período noturno; daí sim, chegou minha vez. Na universidade, fiz grandes amizades, inclusive com meus professores, com os quais tenho contato até hoje. Com alguns professores tive mais proximidade, por compartilharmos de perspectivas próximas. O trajeto foi com muita dificuldade, pois

trabalhava muito, o dia todo. Meus professores Neilson, Edimilson, Moises, Lisandro, Renato, Gilson, entre outros professores e colegas de turma sempre iam me visitar no comércio, dando apoio nos momentos de cansaço, quando pensava que não iria conseguir terminar a jornada. Mas, felizmente, consegui enfim meu diploma, deixando a vida de comerciante e indo trabalhar como professor. A vida de comerciante ajudou durante anos a me dar condições materiais de existência, mas não era algo que me realizava como profissional.

A universidade abriu meus horizontes, proporcionando-me uma leitura de mundo que dificilmente conseguiria fora de lá, pois, mais do que profissionais, forma cidadãos críticos. A docência é a realização de um sonho para mim; isso é o que faço, é o que sou e o que me realiza. O que nos move são nossas inquietações, as quais nos levam a ter um olhar transformador. Os “por quês” nunca estão longe daqueles que buscam sempre o conhecimento.

Não sou do tipo acomodado, já que sempre acredito que de alguma forma posso contribuir mais. Admirava as aulas dos meus professores de graduação, pois abriam minha mente para um mundo sobre o qual meus olhos eram fechados. Gradativamente, fui vendo meus professores sendo aprovados em mestrados, outros em doutorados e isso me motivava a um dia chegar próximo daquilo. Como professores, somos responsáveis pela formação de pessoas, por isso, temos o compromisso de sempre buscarmos formações que possam nos aperfeiçoar como profissionais.

O Mestrado Profissional em Ensino de História é também a realização de mais um sonho. Com esse curso, nossa voz passa a ter maior dimensão. Longe de me envaidecer e querer com isso diminuir os outros, uso o fato para encorajá-los e mostrar que é possível através da educação desenvolver uma melhor compreensão da humanidade, tornando-nos aptos a fazer intervenções mais responsáveis no mundo em que vivemos.

Acredito que essa pesquisa ajudará minha comunidade a construir um sentido de consciência sobre a importância do conhecimento para poder respeitar e valorizar nossa História. Existe um Patrimônio Arqueológico de grande importância em nosso município, mas o olhar sem conhecimento não traz nenhum sentido. Assim, trabalhar dentro da disciplina de História esse patrimônio milenar fará com que os estudantes comecem a criar o sentimento de pertencimento e valorização dessas riquezas.

O município de Lajeado no estado do Tocantins tem belezas naturais que enchem os olhos das pessoas. É um município que se destaca dentre os demais do Tocantins pelas suas riquezas naturais. Lajeado, considerada “cidade das águas”, é formada por lindas serras com inúmeras nascentes, que formam os córregos e se juntam para originar os riachos, ribeirões e rios. Trata-se de uma cidade interiorana com raras belezas naturais.

Lajeado possui uma pequena população, estimada, em 2020, em 3.167 habitantes (IBGE, 2021). Possui 3 estabelecimentos de Ensino Fundamental e 1 de Ensino Médio. O estabelecimento de ensino que atende alunos da segunda fase do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) é a Escola Municipal Sebastião de Sales Monteiro. Por ser professor de História dessa escola desde 2016, entendi que seria importante sua participação na pesquisa.

A história do município de Lajeado pode ser contada a partir de sua colonização, com a chegada dos primeiros colonos em busca de ouro e pedras preciosas por volta de 1870. Essa é considerada pelos moradores como a história oficial, pois guarda para boa parte dos munícipes uma ligação familiar. Sob o olhar da antropologia e arqueologia, a história da região de Lajeado é bem mais remota, pois ainda é marcante em territórios que circundam o município a presença dos indígenas Xerente. Quando são investigados, os registros arqueológicos do município registram a datação da presença humana de até 12.000 anos.

O município possui uma particularidade: possui uma grande quantidade de registros arqueológicos. Faz parte de uma região chamada Serra de Lajeado, onde existe uma riqueza arqueológica muito grande, tanto pela quantidade de sítios arqueológicos quanto também por seus registros se mostrarem semelhantes às inscrições encontradas nos estados do Piauí e de Minas Gerais:

A disponibilidade de perfis gráficos de pinturas de contorno aberto no Parque Nacional Serra da Capivara, no Estado do Piauí, incitou ao exercício de comparações nas dimensões temáticas, cenográfica e, principalmente, técnica com essa modalidade de pinturas no Lajeado. (BERRA, 2015, p.7)

Essa riqueza arqueológica pode ser trabalhada nas aulas de História, já que vários desses sítios arqueológicos já estão catalogados por arqueólogos e possuem registro no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), possibilitando com isso acesso a algumas informações que podem contribuir para problematização, debate e reflexão em sala de aula.

Algumas problemáticas se destacam, tais como: os alunos da Escola Sebastião de Sales Monteiro têm conhecimento de que existe essa quantidade de sítios arqueológicos em Lajeado? Qual é a noção que esses alunos têm do valor histórico e patrimonial de tais registros? Como esse Patrimônio Arqueológico pode ser trabalhado nas aulas de História didaticamente? O trabalho em sala de aula fará com que os alunos desenvolvam um olhar crítico e problematizador, despertando o sentimento de pertencimento e preservação desse patrimônio? Esses questionamentos levaram à possibilidade de realização desta pesquisa, tendo em vista o uso desse Patrimônio Arqueológico no ensino de História da Escola Sebastião de Sales Monteiro, município de Lajeado-TO.

Lajeado está inserida em uma região chamada pela arqueologia de Brasil Central, que é fundamental para compreensão dos deslocamentos populacionais em todo o país. Dois fatores importantes fizeram com que Lajeado fosse povoado por grupos pré-histórico: o primeiro é por estar próximo a uma corredeira do Rio Tocantins, chamada de Cachoeira do Lajeado, lugar que facilita a pesca, pois os peixes tinham dificuldade em subir essas corredeiras; o segundo é o Rio Lajeado, que em toda sua extensão possui inúmeras grutas e cavernas que serviam de abrigo para esses povos. Atualmente Lajeado conta com 92 sítios arqueológicos, entre gravuras, pinturas, cerâmicos e líticos.

Apesar da quantidade de sítios arqueológicos localizados no município, a maior parte encontra-se em locais de difícil acesso ou de acesso restrito. Esses fatores dificultam um maior contato da população com os registros e, conseqüentemente, a produção de um conhecimento sobre deles. Acredita-se que as evidências de vandalismo encontradas em alguns sítios arqueológicos são resultado de um desconhecimento da importância que esse Patrimônio Arqueológico tem para a ciência e para cultura regional: “A destruição de sítios arqueológicos, seu uso inadequado e o roubo de peças por todo o país nos dão uma referência da situação da noção de público e privado. Muito embora a lei 3924/61 seja bastante clara e ampla, o cidadão comum não tem consciência da lei” (BEZERRA DE ALMEIDA, 2003, p. 284). Nesse sentido, destaca-se que

O Tocantins é um cenário pré-histórico de significativa variedade cultural e significativa importância arqueológica, tendo em vista a diversidade das técnicas elaboradas por estes povos para excussão da arte rupestre e a variedade de motivos inscritos nas rochas para além da localização do estado. Entretanto, em meio à riqueza arqueológica, o Tocantins necessita de ações educativas, pois os sítios rupestres estão sendo apagados

diariamente pela ação de vândalos que os extinguem com mais intensidade que o tempo os guarda. (BRAGA, 2010, p.77)

Foram selecionados cinco sítios já estudados por arqueólogos para um melhor entendimento sobre a importância desse patrimônio para o Brasil e para o município de Lajeado, sendo eles: Sítio Arqueológico Abrigo São José, Sítio Arqueológico Vão do Caititu, Sítio Arqueológico Abrigo do Brejão, Sítio Arqueológico Abrigo Veneza e Sítio Arqueológico Foz do Lajeado.

Segundo pesquisadores em arqueologia, ainda há muitos sítios arqueológicos a serem descobertos. Apesar da quantidade de registros prontos para serem investigados, debatidos, problematizados pelos moradores e estudantes de Lajeado, essa realidade parece ainda estar distante. Muitos moradores sequer sabem desses sítios, enquanto os que conhecem não sabem o que significam.

A proposta deste trabalho é levar para sala de aula a importância desses bens patrimoniais. O entendimento de grupos que viveram nessa região há milhares de anos pode elucidar, a partir de seus vestígios, uma significação para os povos do presente. Como dito, ainda há muito a ser pesquisado para compreender os motivos que levaram esses povos a deixarem seus registros de forma objetiva, como gravuras e desenho. O certo é que eles tiveram uma intencionalidade ao deixar registrado seu cotidiano. Os estudantes, ao começarem a pesquisar, entraram em um mundo de decodificação, o que criará um sentimento de valorização e pertencimento com essa riqueza arqueológica.

O suporte documental para o trabalho com arqueologia nas aulas de História está tanto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), quanto no Documento Curricular do Tocantins (DCT). Ambos os documentos são cheios de intenções que muitas vezes não estão relacionadas com o fim principal, que é o desenvolvimento do estudante:

O cenário que se apresenta conduz à formação do cidadão por caminhos contrários à emancipação do sujeito, de tal modo que a formação crítica e emancipatória perdeu espaço no campo educacional. Por outro lado, há a formação de indivíduos que atendam aos interesses mercadológicos. (BRANCO, IWASSE, ZANATTA, 2018, p. 49)

Contudo, os documentos oficiais, orientadores de currículo, BNCC e DCT abrem algumas lacunas que podem ser usadas para o desenvolvimento de uma aula em que o professor e o estudante trabalhem dialogicamente, usando duas ciências - História e Arqueologia.

A Pré-História ensinada no início do 6º ano do Ensino Fundamental, quando os estudantes normalmente têm idade de 10 a 13 anos, significa um grande desafio ao professor, devido à sua grande complexidade. Primeiramente, destaca-se o fato de ser um período muito grande da história, 3,5 a 4 milhões de anos atrás, mesmo no continente americano, que possui registros de 50.000 anos. Outro fator é a influência eurocêntrica que permeia os livros didáticos, levando o estudante a pensar que o ser humano é fruto do homem europeu. Ainda sob influência eurocêntrica, destaca-se o conceito de “pré-história”, que hoje ainda promove vários debates. Esse período se inicia com o desenvolvimento da escrita cuneiforme pelos povos sumérios há mais de 6.000 anos. O significado de “pré” é entendido como “antes, anterior”, dando uma compreensão de que antes do desenvolvimento da escrita (também algo que deve ser problematizado) não haveria história. O questionamento da pré-história de Borloz (1990, p. 65) é pertinente: “Será ela percebida como um campo ‘menor’, ou ‘menos nobre’ do conhecimento histórico, por não ter a dignidade da fonte escrita a garantir a autenticidade dos resultados de suas pesquisas?”.

O Patrimônio Arqueológico é considerado como Patrimônio Histórico e Cultural brasileiro desde as Constituições (1937, 1946, 1967 e 1988). Várias leis, decretos, portarias e normativas têm um caráter de preservação desses bens patrimoniais. Contudo, ainda assim existe uma grande destruição desse patrimônio, tendo em vista a construção de usinas hidroelétricas, linhas de transmissão de energia, rodovias, pastagens, monocultivos, especulação imobiliária, falta de fiscalização, entre outros fatores que prejudicam a conservação e os estudos arqueológicos.

Nesse sentido, como um auxílio para promover a conservação e a preservação desse patrimônio, acreditando na educação como fator essencial para isso, a Educação Patrimonial se faz necessária. Por ser uma abordagem recente nos debates historiográficos, ela ainda tem muito que avançar, mas as pesquisas até agora já publicadas auxiliam o professor no desenvolvimento das aulas de História, em específico no trabalho sobre bens patrimoniais, Arqueologia e Pré-História. Ainda é muito presente uma Educação Patrimonial usada de forma conservadora, somente como uma metodologia a ser aplicada, na qual se observam os resultados. Contudo, estudos recentes mostram outras possibilidades de trabalho com a Educação Patrimonial:

O compromisso da educação patrimonial deve superar a ideia da transmissão da cultura e da informação, para entendê-lo como processo de formação da consciência crítica sobre a realidade que pode possibilitar o

reconhecimento das pessoas como sujeitos de sua própria história e cultura, capazes de agir em busca das transformações necessárias. (SCIFONI, 2017, p. 13)

Contudo, os acessos a grande parte dos sítios arqueológicos em Lajeado ainda são restritos, já que muitos ainda não foram totalmente estudados, podendo a visita prejudicar as investigações. Outro fator é o acesso, tendo em vista que muitos estão em áreas que dificultam a ida de uma turma de estudantes. Há também alguns sítios em propriedades privadas, o que requer autorização do proprietário. Nesse cenário, o papel do IPHAN é fundamental na facilitação do acesso a esses lugares. Recentemente, foi construída uma passarela com cerca de 30 metros no Sítio Arqueológico Vão do Caititu, a obra executada com recursos do Governo Federal, tendo apoio logístico da Prefeitura de Lajeado. A construção do acesso até a passarela ainda não foi finalizada, mas ao final contribuirá bastante para visita de estudantes no local, onde terão a oportunidade de encontrar um paredão com dezenas de pinturas rupestres.

Entretanto, são necessárias formas alternativas à visita presencial nesses lugares. A proposta didática para este trabalho foi a criação de um perfil na rede social Instagram®, chamado de “Arqueologia Lajeado”, por ser uma plataforma gratuita e que pode ser usada em computadores e smartphones. O Instagram se tornou muito usado entre os jovens do Brasil e do mundo no compartilhamento de fotos e vídeos, sendo um recurso interessante para ser usado na educação, já que o estudante poderá registrar sua foto ou vídeo no aplicativo e escrever suas impressões sobre a imagem. Em sala de aula, o professor poderá, junto com os estudantes, socializar e problematizar as impressões registradas pelos jovens e estabelecer um diálogo com as informações científicas sobre os Sítios Arqueológicos, tornando-se uma opção didático-metodológica nas aulas de História. Diante do crescente aumento do uso de tecnologia de comunicação e informação pelos jovens, é preciso que o professor busque alternativas que facilitem o diálogo e consequentemente melhore o processo de ensino-aprendizagem. No entanto, nem todos os estudantes possuem acesso a smartphones, computadores e internet. Com isso em perspectiva, a proposta é acessar esse perfil chamado “Arqueologia Lajeado” com os equipamentos da escola, problematizando as imagens projetadas com os estudantes nas aulas de História.

O propósito principal da pesquisa foi demonstrar a viabilidade de trabalhar através da Educação Patrimonial o Patrimônio Arqueológico encontrado no município de Lajeado, possibilitando assim um maior envolvimento dos estudantes da Escola Sebastião de Sales Monteiro com o Componente Curricular de História. Autores como Simone Scifoni, Átila Bezerra Tolentino, Carmem Zeli de Vargas Gil, entre outros, propõem uma Educação Patrimonial problematizadora, reflexiva, crítica, transformadora e que trabalha em uma linha dialógica com a comunidade.

Por fim, este trabalho teve o propósito de diminuir a distância entre essa riqueza arqueológica presente no município e os moradores e estudantes de Lajeado. Com o conhecimento, criam-se sentimentos de preservação e pertencimento. Esses fatores, com uma abordagem dialógica e problematizadora, poderão contribuir para a emancipação humana.

2. O MUNICÍPIO DE LAJEADO, ESTADO DO TOCANTINS

O município de Lajeado tem belezas naturais que enchem os olhos das pessoas. É um território que se destaca dentre os demais do Tocantins pelas suas riquezas naturais. Lajeado, considerada “cidade das águas”, é formada por lindas serras com inúmeras nascentes formando os córregos, que se juntam para originar os riachos, ribeirões e rios.

Localizada na macrorregião central do Tocantins, Lajeado tornou-se município pela Lei nº 251, de 20 de fevereiro de 1991, e passou a se chamar Lajeado do Tocantins pela Lei Municipal nº 08/1993. Possui uma área territorial de 318.292 km². (IBGE, 2021), com os seguintes limites: ao Norte com Tocantínia, ao Sul com Palmas, a Leste com Aparecida do Rio Negro e a Oeste com Miracema do Tocantins. Possui três estabelecimentos de Ensino Fundamental e um de Ensino Médio. O estabelecimento de ensino que atende alunos da segunda fase do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) é a Escola Municipal Sebastião de Sales Monteiro.

Figura 1 – Mapa da localização do município de Lajeado-TO



Fonte: SEPLAN/TO

O município distingue-se pela pequena distância da capital do estado, Palmas (52 km), pela proximidade com a Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e por estar inserido em uma Unidade de Conservação (Área de Proteção Ambiental Serra do Lajeado – APASL) que abrange 87,09% do território do município. A Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, também conhecida como Usina Hidrelétrica de Lajeado, está localizada no rio Tocantins, entre os municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins. Os estudos para a implantação da UHE Luís Eduardo Magalhães tiveram início na década de 1990. A licitação foi vencida pelo consórcio INVESTCO, formado pela Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins, Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., Eletricidade de Portugal S.A., Companhia Energética de Brasília e Companhia Paulista de Energia Elétrica. Entrou em operação em 2002, ocupando o represamento formado pela barragem uma área de aproximadamente 750 km², o qual alagou terras dos municípios de Lajeado, Miracema, Palmas, Porto Nacional, Brejinho de Nazaré e Ipueiras. A construção da UHL causou profundas mudanças na fauna e flora da região, bem como na vida das populações ribeirinhas e, sobretudo, na população indígena Xerente. Esse empreendimento trouxe uma série de desastres socioambientais para região, além do grande impacto no Patrimônio Arqueológico da região.

Figura 02 – Vista panorâmica da UHE e da cidade de Lajeado



Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Lajeado (2021).

Devido à construção da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, as taxas de urbanização mostram uma elevação da população em 308% em um período de dez anos, passando de 760 habitantes, em 1991, para 2.343, em 2000. O processo de urbanização da população apresentou um acréscimo, passando de 35,66% em 1991 para 50,89% em 2000 (SEPLAN, 2001, p. 121). Já no último censo de 2010, a população de Lajeado passa a ser de 2.773 habitantes.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Lajeado apresentou os seguintes índices: 0,403 (1991), 0,506 (2000) e 0,675 (2010). O IDH-M – Educação apresentou os seguintes números: 0,199 (1991), 0,331 (2000) e 0,573 (2010). Lajeado ocupa a 2.545ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 2.544 (45,71%) municípios estão em situação melhor e 3.021 (54,29%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 139 outros municípios de Tocantins, Lajeado ocupa a 23ª posição, sendo que 22 (15,83%) municípios estão em situação melhor e 117 (84,17%) municípios estão em situação pior ou igual (SEPLAN, 2017, p. 13).

Na educação, Lajeado teve em 2010 uma taxa de escolarização estudantes com idade entre 6 a 14 anos de 95,5%. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nos anos iniciais do Ensino Fundamental (rede pública) em 2019 foi de 5,7, superando a meta de 5,3. Foram contabilizadas 560 matrículas no Ensino Fundamental, em 2020, e 103 matrículas no Ensino Médio, com um total de 41 docentes no Ensino Fundamental e 14 no Ensino Médio, sendo três estabelecimentos de primeiro grau e um de segundo grau (IBGE, 2021).

Com uma população estimada em 2020 de 3.167 habitantes, verificam-se a quantidade de 560 estudantes (rede municipal) e uma arrecadação anual de R\$ 33.122.264,44 (mais de trinta e três milhões de reais), com uma média mensal de R\$ 2.760.188,70 (mais de dois milhões e setecentos mil reais) (PORTAL TRANSPARÊNCIA, 2022). Lajeado está entre as cidades tocantinenses com maior arrecadação per capita do estado, embora possua a 23ª posição no IDH-M. Esses dados podem ser interpretados como um baixo investimento financeiro na educação. Alguns dados ainda precisam ser atualizados, o que somente será feito com um novo censo. No entanto, pelos números, fica clara a necessidade de um aumento expressivo na quantidade de investimentos destinados à educação municipal. Cabe ao Estado colocar a educação como prioritária e criar formas para aumentar os

recursos públicos, garantindo formas legais capazes de potencializar o percentual destinado às escolas.

2.1 A história de Lajeado: Os colonizadores

A história do município é contada por descendentes dos primeiros migrantes a fixarem moradia na cidade. Por volta do ano de 1870, Sérgio Rodrigues Nogueira, originário da Bahia, chegou às margens do Córrego Lajeadinho, próximo ao Ribeirão Lajeado, no lado direito do Rio Tocantins, e ali plantou as raízes de sua numerosa família (SEPLAN, 2001, p. 120). Foi nesse cenário, com o Brasil ainda no Segundo Reinado e sob o comando do imperador Dom Pedro II, que foi dado início à história recente de Lajeado.

Nesse período, era norte da província de Goiás, região pouco desenvolvida e quem nela vivia tinha que sobreviver da agricultura e da criação de animais. Foi assim que Sérgio Rodrigues Nogueira iniciou sua jornada, encontrando nesse território terras férteis e agricultáveis. A partir disso, instalou ali sua moradia e deu início aos trabalhos agrícolas, plantando as sementes trazidas na bagagem, como arroz, feijão, milho, algodão, mandioca e cana-de-açúcar. Mais tarde, investiu também nas pecuárias bovina e suína (SEPLAN, 2001, 120).

Em 1911, Piabanha (hoje Tocantínia) foi elevada à categoria de distrito, pertencendo política e administrativamente ao município de Pedro Afonso. Por conseguinte, Lajeado também passou a ser território de Pedro Afonso, visto que fazia parte do território de Piabanha. Somente em 1937 é que Piabanha foi emancipada, passando a se chamar Santa Tereza, e depois Tocantínia, sendo que seu desenvolvimento ocorreu em função dos garimpos de ouro e diamante, minério explorado no local onde se encontra Lajeado. A descoberta de ouro e diamante fez com que a região de Lajeado recebesse garimpeiros de toda parte.

Maria Rodrigues Nogueira, filha mais velha do baiano Sergio Rodrigues, casou-se com José Ricardo Salles Monteiro. O filho primogênito do casal foi Justiniano Salles Monteiro, que assumiu a liderança de sua família devido ao falecimento de seu pai, José Ricardo, em 1911. Justiniano casou-se com Brígida Nunes Carvalho, vindo morar na Barra do Lajeado e depois Povoado de Lajeado:

Justiniano, neto do pioneiro, criador de gado, homem inteligente e de grande visão, liderou o comércio de gado, ouro e artefatos por via fluvial pelo Rio Tocantins até Marabá, no Pará, usando balsas, barcos rústicos

navegáveis no período das cheias do Rio Tocantins. Nessa época o local teve um impulso populacional e viveu uma fase economicamente próspera. (SEPLAN, 2001, p.120).

O casal Brígida e Justiniano teve vários filhos, entre eles Sebastião de Sales Monteiro (popularmente conhecido como Batú). Através da Lei Municipal 54/95 de 06 de junho de 1995, a Câmara Municipal aprovou uma homenagem a Batú pelos serviços prestados à comunidade. A escola municipal em Lajeado passou se chamar Escola Municipal Sebastião de Sales Monteiro em sua homenagem.

Figura 02 – Justiniano Sales Monteiro e sua esposa Brígida Nunes Carvalho



Fonte: Pedreira (2011, p. 23).

A fama de Lajeado devido à extração de ouro e diamante atraiu migrantes vindos do Piauí, da Bahia e do Maranhão. Essa migração era facilitada pela navegação no Rio Tocantins (AMAE, 2015, p.06).

Por volta dos anos de 1920, logo abaixo da Cachoeira de Lajeado, assim chamada por suas lajes e considerada a mais assustadora enfrentada por navegadores durante o percurso para Belém do Pará, desenvolveu-se um entreposto fluvial no encontro do Rio Lajeado (conhecido também como Ribeirão

Lajeado e Lajeado Grande) com o Rio Tocantins. O local atendia os navegadores que utilizavam o rio como transporte e comércio de mercadorias.

No início dos anos de 1930, o pesquisador, desbravador, escritor e piloto militar Lysias Rodrigues fez uma viagem para explorar o Brasil Central através do Rio Tocantins. Nessa viagem, ele relata sua passagem por Lajeado, onde nesse período existia grande busca por ouro e diamante no local. A cachoeira de Lajeado e as corredeiras do Funil, locais do rio temidos pelos navegantes e de difícil navegação, foram relatadas por ele. A expedição tinha o objetivo de chegar o quanto antes a Piabanha para descanso e pouso da equipe:

[...] ao chegar à cachoeira do Lajeado, ali pelas duas e meia da tarde, pois havíamos partido às duas horas, resolveu desembarcar a carga e bagagem, e assim sirgar a canoa. Desembarcamos, nós passageiros, com documentos, máquinas, foto, armas etc. Com um sol de quarenta e dois graus à sombra marchamos pelo pedregal da margem do rio em boa meia légua, até chegarmos ao rio Lajeado, onde diziam haver tanto diamante. Não conhecendo o ofício de garimpeiro, olhamos desoladamente o rio. [...] Só às dezessete horas conseguimos prosseguir a viagem rio abaixo, para logo após enfrentar as corredeiras do Túnel e a do Funilzinho. Ambas formadas por um estreitamento súbito do rio, que de seiscentos metros de largura passa a ter oitenta metros. A passagem das águas se faz de modo estrepitoso e violento por entre pedras enormes. A impetuosidade das águas agora é pequena, mas no tempo das chuvas, a água é comprimida violentamente nessa garganta, lançando-se contra os paredões de pedra que a oprimem e tudo faz para destruí-lo. Estruge e bufa, roja em borbotões e repuxos, ronca e ruge tão forte, tão alto, que léguas ao redor ouvem o rugido de sua cólera. Espuma de raiva é cuspidada desdenhosamente às praias do rio. Raríssimas as embarcações. Só mesmo de grande porte ousam enfrentá-la nessa época. (RODRIGUES, 2011, p. 119-120)

Por volta dos anos de 1940, com a escassez do minério, a fase de ouro de Lajeado foi enfraquecendo, os garimpos diminuindo, a população indo para outras regiões, enquanto os que ficaram encararam o empobrecimento de Lajeado. Justiniano Salles Monteiro resolveu permanecer no município com sua família e ajudar na reestruturação do lugar. Assim, intercedeu também junto ao bispo de Porto Nacional, Dom Alano Marie Du Noday, para construção de uma capela no povoado, que foi inaugurada em julho de 1950 com a realização de um festejo e a doação de uma imagem de Nossa Senhora da Divina Providência para a comunidade (SEPLAN, 2001, p. 120).

O fator que impulsionou a economia e promoveu a fixação de famílias no município foram os estudos para implantação de uma usina hidrelétrica no Rio Lajeado, chamada de Pequena Central Hidrelétrica de Lajeado (PCH-Lajeado). Justiniano, por várias vezes, acompanhou engenheiros, topógrafos e políticos pelas

terras da região. A PCH-Lajeado foi inaugurada em 11 de março de 1971. A terceira geração a chegar a Lajeado dedicou-se à construção e urbanização local. Justiniano Sales Monteiro é considerado pelos moradores o fundador do município de Lajeado.

A construção da PCH-Lajeado dessa região teve consequências irreversíveis para os povos nativos e para o meio ambiente. Apesar de ser apresentada como um fator de desenvolvimento para o município, a energia gerada era distribuída para outros municípios do estado, sendo deixado o rastro destruidor do “desenvolvimento”. Os mais impactados foram os povos indígenas e as comunidades ribeirinhas, pois foi alterado o ciclo dos peixes no Rio Lajeado, prejudicando a alimentação destes. Outro fator de destruição irreversível são os sítios arqueológicos que foram danificados e outros totalmente perdidos com a construção. Como regra, esses grandes empreendimentos atendem somente uma pequena parte elitizada da população que visa o lucro acima de qualquer consequência que se possam ter as comunidades tradicionais.

2.2 A história de Lajeado: Os povos nativos

A ocupação e o povoamento dos territórios centrais do Brasil, como a região central do estado do Tocantins, não são observados somente a partir do século XIX, com as migrações de populações vindas de Minas Gerais e da região Nordeste, nem mesmo antes, com incorporação ao chamado sistema colonial, no qual a principal atividade era mineração. A região já era ocupada há milhares de anos por indígenas de várias etnias, inclusive os Xerente, que atualmente ocupam terras próximas ao município de Lajeado.

O padre Luiz Antônio da Silva e Souza (1764 – 1835) escreveu relatos em 30 de setembro de 1812 sobre a presença dos indígenas Xerente no local onde hoje é o município: “nação que existe acima da cachoeira de Lajeado, no Tocantins, e se estende até os sertões do Duro, entre o Rio Preto e Maranhão, aonde têm sete aldeias: são valentes e trabalhadores” (apud MAGALHÃES, 1928, p. 6).

Dr. Caetano Lopes Moura (1780 – 1860) traduziu e publicou um manuscrito francês em 1845, no qual faz referência à presença dos Xerente em Lajeado: “Nação d’índios cujas tribos se acham em sete aldeias, na província de Goyas, perto do Rio Tocantins, acima da cachoeira de Lajeado, e entre os rios Preto e Maranhão.

São estes índios guerreiros, dóceis, cativos e próprios a todo gênero de indústria”. (*apud* MAGALHÃES, 1928, p. 14).

As etnias Xerente e Xavante, junto com os Xacriabá, formam tronco linguístico chamado Jê Central, e se autodenominam Akwẽ, que significa “gente, povo”. Esses grupos indígenas tiveram que enfrentar os criadores de gados e garimpeiros que estavam à procura de ouro, diamantes e por apropriação de terras no norte da capitania de Goiás, hoje estado do Tocantins.

Os Xerente e os Xavante, que compunham mesmo grupo etnolinguístico, mesmos costumes e mesma região, se diferenciavam no âmbito da organização política e territorial. A separação entre os dois grupos foi por volta de 1850, levando os Xavante a seguirem para oeste, atravessando o rio Araguaia e se fixando no estado do Mato Grosso, enquanto os Xerente se localizaram em suas áreas demarcadas no município de Tocantínia.

Em 1972, os Xerente conquistaram sua primeira área demarcada. Vinte anos depois e com muita luta, foi demarcada e homologada outra área, chamada Funil, próxima ao município de Lajeado. Relatos como do indígena Manoel Suke sobre a pressão para delimitação das áreas indígenas demonstram a relação conflituosa para conseguirem as demarcações de suas terras:

Nossa área era grande. O branco foi chegando perto. Agora estamos espremidos. Nossa população está crescendo. E os que vêm atrás de nós, nossas crianças? A área foi delimitada sob pressão, meu avô e minha avó até apanharam. Nós perdemos o trecho de Lajeado e o Pau Ferrado. No caso do Funil, eles perderam a Passagem de Pedra. Ficou para o branco. (*apud* SCHROEDER, 2006, p. 29)

Em 1989, com a fundação do Estado do Tocantins, as terras indígenas viraram foco de especulações de investimentos tanto nacionais quanto internacionais. Por sua localização privilegiada, a área foi selecionada para receber projetos desenvolvidos pelos governos federal e estadual, em cooperação com a iniciativa privada, como a hidrovía Araguaia-Tocantins.

É fundamental destacar que os povos indígenas Xerente viveram nos mesmos lugares onde são encontrados os sítios arqueológicos com arte rupestre, inclusive foram seus ancestrais que os fizeram, contudo, nessa ocupação milenar, nada foi destruído pelas mãos humanas. Esses indígenas desde o processo de colonização sofreram enormes agressões, desde o extermínio de grande parte deles até a apropriação de suas terras. Hoje, vivem marginalizados, em áreas que não

podem exercer sua sobrevivência como seus antepassados, habitando áreas infinitamente menores que as originais. Além de pequenos, os territórios foram impactados por desmatamentos, pastagens, monocultivos, construção de rodovias, da Usina Hidroelétrica de Lajeado, entre outros. Esses empreendimentos também destruíram, e ainda destroem, grande parte dos registros arqueológicos em Lajeado e na região. O impacto proveniente do “progresso”, desde a colonização, está, por exemplo, na alimentação dos Xerente, que foi modificada, pois a caça de animais ficou totalmente escassa, a plantação nas vazantes não pode mais ser feita e os peixes praticamente desapareceram do Rio Tocantins. Para o povo Xerente, o Rio Tocantins é a mãe que mantém seus costumes, rituais, tradições, enfim, envolve a cosmologia desse povo. Portanto, os efeitos da deterioração do rio vão além dos aspectos econômicos e ambientais.

Atualmente, a base alimentar do povo Xerente são produtos produzidos pelos não indígenas, muitos dos quais são industrializados. A relação de trabalho dos povos indígenas também foi modificada, pois não dependem mais somente deles para sobreviver, tendo em vista que o trabalho de caça, pesca e plantação deu lugar, para muitos, ao trabalho assalariado ou de dependência de programas governamentais.

Os povos Xerente e seus antepassados deixaram vários registros na região onde hoje se localiza o município de Lajeado: “Entre os povos da língua Jê, atividades desenvolvidas por centenas de anos, como a confecção de cerâmica e o trabalho com a pedra, largamente encontrados em sítios arqueológicos, foram sendo substituídos a partir dos primeiros contatos com o homem ‘branco’”. (MOI, 2007, p. 22).

Através de um estudo etnoarqueológico, é possível compreender o significado de alguns dos registros arqueológicos. Pesquisas em comunidades indígenas contemporâneas fazem com que arqueólogos testem hipóteses sobre a relação entre a cultura material e comportamental, fornecendo, assim, condições para a compreensão dos registros arqueológicos. Mesmo não sendo objetivo deste trabalho, é importante destacar a importância do estudo da cultura Xerente para o entendimento de alguns dos vários sítios arqueológicos no município de Lajeado.

Há uma base legal que resguarda e garante os direitos dos indígenas quanto à sua cultura, através do Artigo 215 da Constituição Federal de 1988, que prevê: “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes

da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Nesse sentido, o Estado tem a responsabilidade de assumir o protagonismo e garantir esses direitos, contudo, na prática, essas garantias não têm sido cumpridas, tornando-se algo contraditório. Os povos Xerente são excluídos no debate a respeito do Patrimônio Arqueológico da região e do acesso a esses bens produzidos por eles e seus antepassados. Hoje, grande parte dos registros arqueológicos estão em áreas privadas, as quais um dia foi desses povos, sendo usurpadas no passado. É importante, e faz parte do papel do professor nas aulas de História, criar um ambiente problematizador, no qual o estudante possa reconhecer que esse povo foi quem produziu a arte rupestre. Além disso, é fundamental que o estudante entenda que os Xerente são um povo humano, portanto, digno de via e de direito, mas seus remanescentes são hoje segregados.

3. O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DE LAJEADO

O município de Lajeado é referência no estado do Tocantins por sua grande quantidade de sítios arqueológicos, alguns localizados inclusive dentro da zona urbana do município. Os estudos arqueológicos começaram na região em 1986 no município vizinho, Tocantínia, onde foram encontrados diversos, dentre os quais se localizaram 9 abrigos com pinturas, 1 lítico a céu aberto e 3 cerâmicos também a céu aberto. Em 1989, com o intuito de avaliar o impacto ambiental para fundação da capital do estado, foram encontrados na Serra do Lajeado uma grande quantidade de sítios arqueológicos (BRAGA, 2015, p.122).

Com o projeto de construção da Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, vários estudos foram feitos visando minimizar o impacto da obra no Patrimônio Arqueológico do município de Lajeado e região. Contudo, através desses estudos, se mostraram a amplitude e a importância da região para a compreensão da ocupação do Brasil Central na Pré-História, além de inserir aquele território no debate arqueológico a nível nacional. Mesmo com uma quantidade incalculável de sítios arqueológicos submersos pelo imenso lago da UHL, ainda há outros que continuam fora dessa área e necessitam de um manejo adequado para sua preservação.

Dentre as várias usinas hidroelétricas instaladas na bacia do Rio Tocantins, que abrange os estados de Goiás, Tocantins, Maranhão e Pará, está a Usina Hidrelétrica Luiz Eduardo Magalhães, localizada no centro do estado do Tocantins, entre os municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins. As primeiras intervenções arqueológicas tiveram início em 1996, com o Diagnóstico Arqueológico para a implantação da UHE Lajeado, e finalizadas em 2002, com o objetivo de efetuar o salvamento dos contextos arqueológicos da região (MORALES, 2007, p.70).

O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) (1996, p. 62), da Usina Hidrelétrica de Lajeado, no qual os estudos arqueológicos foram feitos pelo Museu de Arqueologia e Etnologia de São Paulo da Universidade de São Paulo (MAE-USP), mostra dados levantados na pesquisa de campo que “confirmam a existência, nesta região do médio Tocantins, de um significativo Patrimônio Arqueológico pré-colonial, de grande importância para a compreensão dos processos de povoamento do Brasil Central”, o que resultou no Programa de Resgate Arqueológico da Usina Hidroelétrica do Lajeado (PRAL).

Segundo Braga (2015, p.130), somente após o PRAL é que a região foi contemplada com um novo projeto. Em 2007, foi dado início a um estudo acadêmico (“Territorialidade e Diversidade Cultural no Planalto Central Brasileiro: o contexto arqueológico do Lajeado, TO”), financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) 2007-2009. Após essa pesquisa, um novo projeto, com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), intitulado “Tecnologia e Território: dispersão e diversificação no povoamento do Planalto Central Brasileiro”, tinha o objetivo de discutir os processos de ocupação do Brasil Central entre o Pleistoceno e Holoceno Médio.

Para Morales (2007, p. 70-71), “as pesquisas desenvolvidas nessa parcela do território revelam um potencial arqueológico expressivo, cujos vestígios podem ser relacionados àqueles encontrados também em outras regiões do país e manifestam uma significativa diversidade cultural e profundidade temporal”. Além disso,

O conjunto de sítios arqueológicos trabalhados no contexto do Projeto de Resgate Arqueológico da UHE Lajeado - PRAL indicou a existência de três grandes horizontes de ocupação com amplas lacunas entre eles e sugeriu a existência de um quarto horizonte. O primeiro desses horizontes de ocupação foi denominado “período antigo” e vai de 12.000 a 9.000 anos atrás. O segundo é o “período intermediário” datado entre 7.000 e 4.000 anos atrás. O último horizonte identificado está relacionado à ocupação pelos grupos ceramistas recentes, até 2.000 anos atrás. (MORALES, 2007, p. 74)

Outro fator importante para a conservação do Patrimônio Arqueológico da região foi a criação da Unidade de Conservação (UC) Área de Proteção Ambiental Serra do Lajeado (APASL) pela Lei nº 906, de 20 de maio de 1997. A área tem um total de 121.417,7659 ha, abrangendo a capital do estado, Palmas, e os municípios de Lajeado, Tocantínia e Aparecida do Rio Negro. A APASL tem como missão conservar a biodiversidade, o sistema hidrológico, os aspectos cênicos e fisiográficos do relevo, os aspectos históricos e culturais, com ênfase na proteção aos sítios arqueológicos. O município de Lajeado possui 87,09% de seu território dentro dessa UC (NATURATINS, 2019, p. 08-38):

A maioria dos sítios são pré-coloniais e descritos como lítico-cerâmicos, cerâmicos e rupestres, em que se encontram artefatos líticos e cerâmicos, que são registros da existência das populações indígenas pré-coloniais, que provavelmente povoavam amplas áreas em toda a região do Tocantins. Vale destacar a existência de inúmeros sítios de alta relevância, em “Arte rupestre: pintura e gravura” (classificação IPHAN), principalmente em Lajeado e Palmas. (NATURATINS, 2019, p. 16)

No entanto, foi somente em novembro de 1999 que o Tocantins recebeu uma instituição voltada para a pesquisa arqueológica: o Núcleo Tocantinense de

Arqueologia (NUTA), criado pela Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS). O NUTA foi, e continua sendo, um grande vetor para a consolidação da arqueologia no estado, pois realizou diversos estudos em larga escala territorial, mapeando assim os sítios arqueológicos por toda a territorialidade do Tocantins e suas redondezas, ultrapassando suas fronteiras tanto para norte quanto para sul, de modo a constituir um grande acervo arqueológico (BRAGA, 2015, p. 123).

A UNITINS/NUTA tem o objetivo de produzir conhecimentos sobre a área de Arqueologia a partir de estudos investigativos, através de métodos cientificamente aceitos. Além de desenvolver pesquisa arqueológica, atua em pesquisas de Paleontologia, Patrimônio Histórico e Cultural e Educação Patrimonial. Os trabalhos desenvolvidos fornecem subsídios importantes para entendimento de ambientes naturais e culturais e para reconstrução histórica da ocupação humana no território do estado do Tocantins (UNITINS, 2012, p. 160).

Projeto SALTPONTE II, desenvolvido entre 2010 e 2011 pelo NUTA, foi importante para o município de Lajeado. Nele foi desenvolvido o levantamento, monitoramento e resgate do Patrimônio Histórico, Cultural, Paisagístico, Paleontológico e Arqueológico nas áreas de construção das pontes sobre o Rio Tocantins, onde foram interligados os municípios de Miracema do Tocantins a Lajeado. Na pesquisa, foram encontrados 3 sítios arqueológicos, sendo um deles pela margem direita do Rio Tocantins, em Lajeado, chamado de Sítio Arqueológico Fazendinha (UNITINS, 2012; PEDREIRA, 2011).

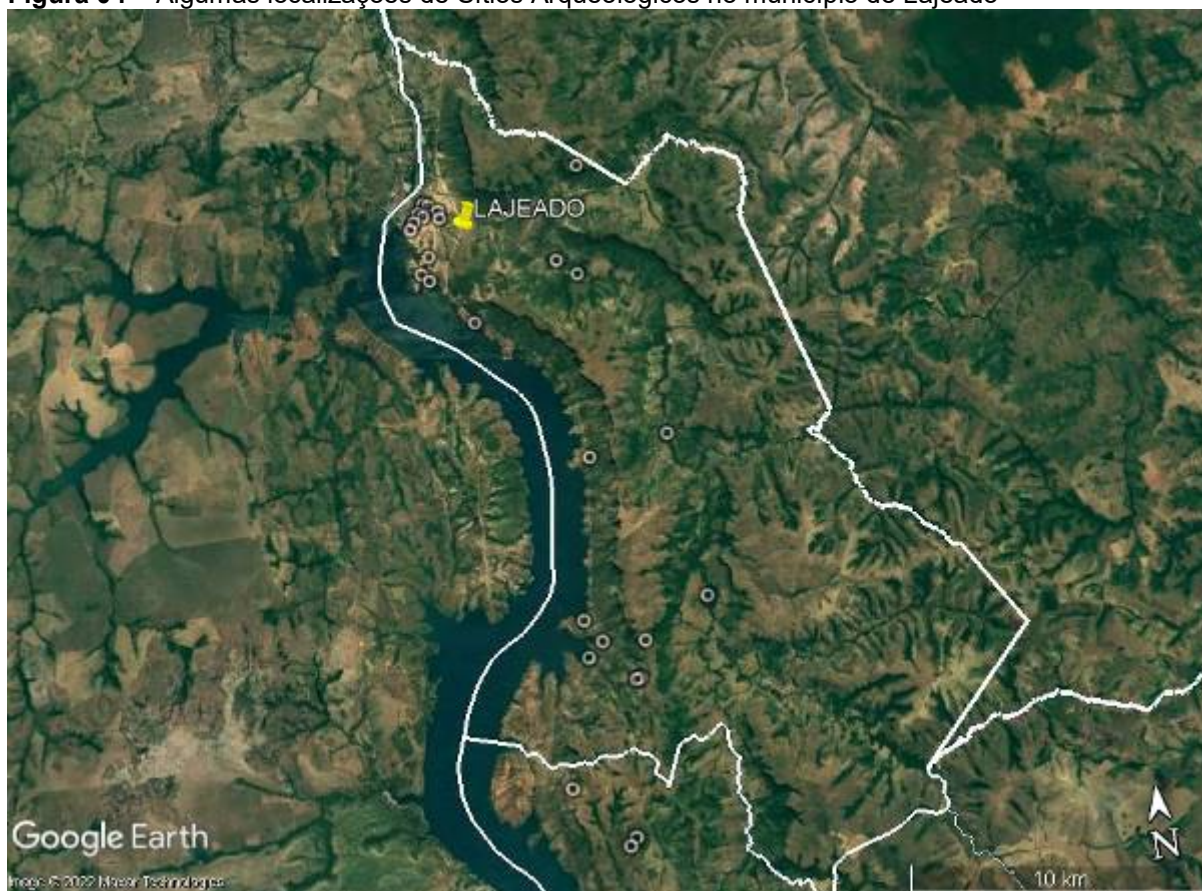
Sobre a ocupação dessa região, chamada de Brasil Central, onde se localiza o município de Lajeado, as pesquisas arqueológicas, segundo Braga (2015) e Bueno (2005), se iniciam ao final do Pleistoceno, com o desenvolvimento da tradição Itaparica. Eram caçadores coletores generalistas, com uma indústria curada, previsibilidade, que se complementava com uma indústria expediente, imprevisibilidade. Nesse período, o Brasil Central já estaria plenamente ocupado. No início do Holoceno, identifica-se uma mudança na indústria lítica, que indica um gradual abandono da indústria curada e o início da expediência tecnológica. Com a introdução da cerâmica, destaca-se a configuração na ocupação do espaço, cujo início dessa tecnologia é definido em meados de 2000 A.P., transformando a relação do homem com o meio. Em 1300 A.P., a região começa ser excessivamente povoada por enormes aldeias circulares. Posteriormente, identificam-se as tradições cerâmicas Uru e Aratu, que ocuparam a área do Lajeado próxima aos rios e

córregos, formando imensas aldeias circulares (Aratu e Uru) e lineares (Uru), as quais cultivavam em meio à mata leguminosas e tubérculos. Já nos últimos tempos antes do contato, houve a introdução nessa região dos grupos Tupi-guarani, que tiveram que se adaptar e se encaixar em um ambiente já extremamente ocupado.

É importante ressaltar que estudos arqueológicos realizados no município de Lajeado demonstram a necessidade de realização de muitas pesquisas, já que vários sítios arqueológicos ainda não foram descobertos. Até 1998, haviam sido localizados e cadastrados no IPHAN, dentro da APA, 18 (dezoito) sítios arqueológicos, sendo 5 cerâmicos, 1 cemitério e 12 pinturas rupestres. No entanto, as pesquisas avançaram mais recentemente e esse número deve crescer significativamente na APA, pois, pelo IPHAN, atualmente existem 92 sítios no município de Lajeado, 105 em Palmas, 12 em Tocantínia e 9 em Aparecida do Rio Negro, a maioria como pré-coloniais e descritos como lítico-cerâmicos, cerâmicos e rupestres (NATURATINS, 2019, p. 46).

Essa riqueza arqueológica deixada pelos antepassados, como artefatos líticos, cerâmicos e a arte rupestre gravada em extensos paredões por todo município, demonstra que a ocupação nessa região remonta ao período pré-colombiano. Nesse sentido, para conhecer a história da região, necessariamente é preciso buscar fontes na arqueologia.

Figura 04 – Algumas localizações de Sítios Arqueológicos no município de Lajeado



Fonte: Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS (2019)

Procuramos destacar neste trabalho alguns sítios arqueológicos que estão localizados no município de Lajeado-TO, os quais já tiveram algum nível de estudo arqueológico, sendo alguns situados dentro do perímetro urbano de Lajeado. Foram selecionados os seguintes: Sítio Arqueológico Abrigo São José, Sítio Arqueológico Vão do Caititu, Sítio Arqueológico Abrigo do Brejão, Sítio Arqueológico Abrigo Veneza e Sítio Arqueológico Foz do Lajeado.

3.1 Sítio Arqueológico Abrigo São José

Encontra-se na margem direita do Rio Lajeado, a aproximadamente 5km do Sítio Vão do Caititu, contudo, os sítios são separados por um vale encaixado que dificulta a circulação de um para o outro (BRAGA, 2015, p. 183). O seu acesso é relativamente fácil, se comparado com outros abrigos. O único painel de pinturas ocupa uma extensão de 10 metros, que se projeta da linha de paredão. A água é abundante, na forma de quedas, nas imediações do sítio. Como consequência dessa proximidade, houve um espesso deslocamento no terço sul do painel. Além desses fatores de degradação, há ainda os relacionados aos insetos, pois extensas

galerias de cupins atravessam a parede, além de duas imensas casas de marimbondos que foram construídas sobre as pinturas. O tema predominante são as aves com asas franjadas que, juntamente com os quadrúpedes, têm o corpo elíptico totalmente pintado. São antropomorfos, aves e híbridos entre estes, com asas franjadas e também seres animados não identificados. Estão associados a grafismos abstratos compostos de círculos concêntricos, por vezes radiados ou com longos apêndices (BERRA, 2015, p. 141-143)

Figura 05 – Abrigo São José. Município de Lajeado-TO



Fonte: Google Maps.

Figura 06 – Abrigo São José. Município de Lajeado-TO



Fonte: Berra (2015, p. 142).

Figura 07 – Abrigo São José. Município de Lajeado-TO



Fonte: Berra (2015, p. 144).

Figura 08 – Representação de um ser híbrido ave/antropomorfo. Abrigo São José. Município de Lajeado-TO



Fonte: Berra (2015, p. 145).

Figura 09 – Imagem contrastada das sobreposições: A representação de um ser híbrido ave/antropomorfo. Abrigo São José. Município de Lajeado-TO



Fonte: Berra (2015, p. 145).

Figura 10 – Grafismo de um antropomorfo. Abrigo São José. Município de Lajeado-TO



Fonte: Berra (2015, p. 147).

Figura 11– Imagem contrastada das sobreposições: preenchimento amarelo sob antropomorfo e contorno vermelho sobre. Abrigo São José. Município de Lajeado-TO

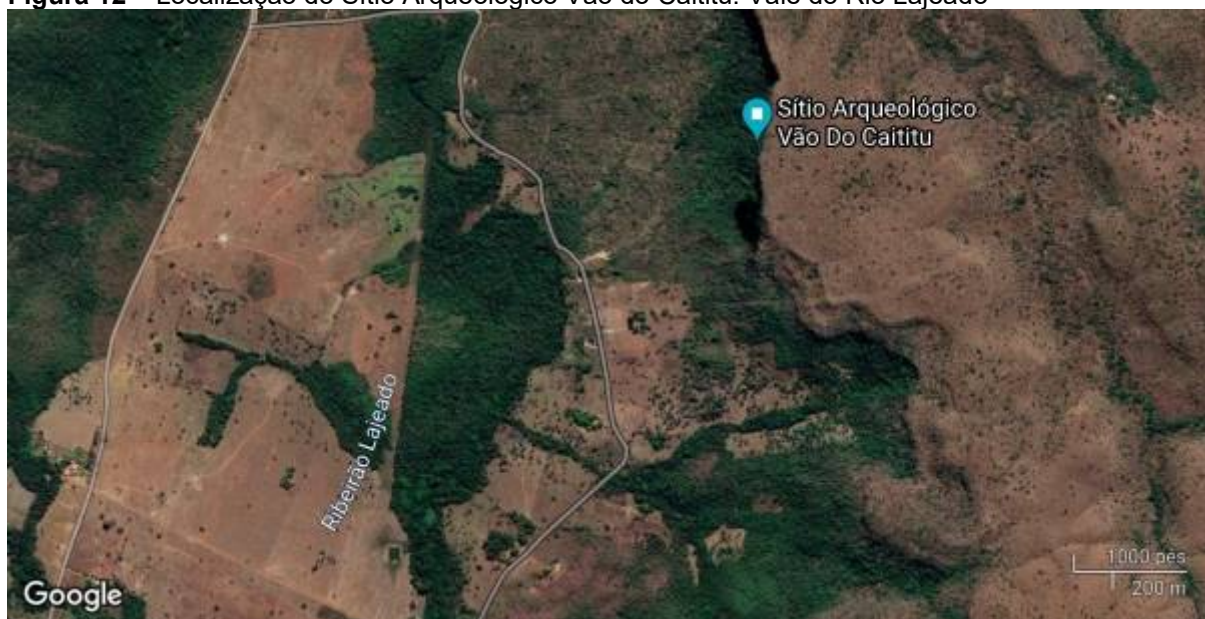


Fonte: Berra (2015, p. 147).

3.2 Sítio Arqueológico Abrigo Vão do Caititu

O sítio está localizado na margem direita do Rio Lajeado, sendo que à esquerda do sítio brota uma nascente. A partir do sítio, é possível ter uma ampla visão do Vale do Lajeado. O abrigo foi dividido em três grandes painéis, com partes em excelente estado de conservação, medindo em torno de 50m de comprimento com aproximadamente 6m de altura (BERRA, 2003, *apud* BRAGA, 2015, p. 180). Os motivos, cerca de 1.500, se distribuem em “zoomorfos, antropomorfos e geométricos em várias tonalidades de vermelho e, em menor quantidade, amarelo” (DE BLASIS; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2000, *apud* BRAGA, 2015, p. 180). Conforme destaca Braga (2015, p. 180) sobre esse sítio, “[à] primeira vista parece-nos um emaranhado de pinturas, contudo quando observamos os pormenores, percebemos que os motivos foram rigorosamente dispostos nos espaços vazios, havendo pouca sobreposição. Parece-nos até que o objetivo era completar o suporte rochoso ao máximo”.

Figura 12 – Localização do Sítio Arqueológico Vão do Caititu. Vale do Rio Lajeado



Fonte: Google Maps.

Figura 13 – Passarela Sítio Arqueológico Vão do Caititu. Vale do Rio Lajeado



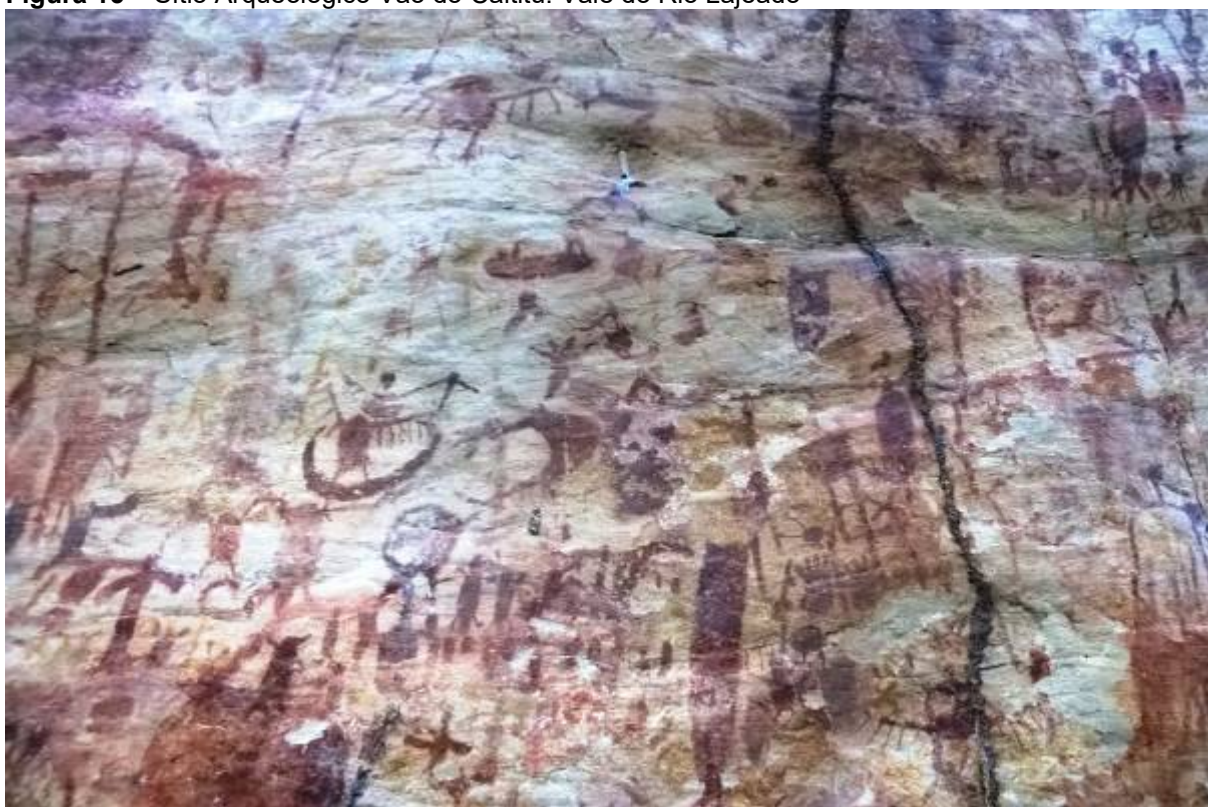
Fonte: Site do IPHAN (2021).

Figura 14 – Sítio Arqueológico Vão do Caititu. Vale do Rio Lajeado



Fonte: Nascimento Júnior (2017).

Figura 15 – Sítio Arqueológico Vão do Caititu. Vale do Rio Lajeado



Fonte: Nascimento Júnior (2017).

Figura 16 – Cervídeos amarelos contornados em vermelho. Preenchimento com zonas reservadas sem pintura. Sítio Arqueológico Vão do Caititu. Lajeado-TO



Fonte: Berra (2015, p. 29).

3.3 Sítio Arqueológico Abrigo do Brejão

O Sítio Arqueológico Abrigo do Brejão localiza-se na margem esquerda do Rio Lajeado, do lado oposto ao sítio Vão do Caititu. Sua extensão é de 28 metros e largura de 8,5 metros. Trata-se de uma pequena cavidade e paredões, sendo o único abrigo conhecido no qual os paredões de pinturas ficam expostos ao sol pela manhã. Próximo ao sítio, cerca de 200 metros, existe uma queda d'água que até chegar no Rio Lajeado forma cachoeiras e poços (BERRA, 2015, p. 99). Os painéis laterais da cavidade não se encontram em bom estado de conservação. Nos paredões, temos os zoomorfos e geométricos e zoomorfos bicrômicos (DE BLASIS; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2000, *apud* BRAGA, 2015, p. 184). Sobre sua preservação,

O arenito do Brejão está se dissolvendo mais rapidamente nos locais desprotegidos das águas que caem do topo. Há trechos com marcas do fluxo d'água em que ainda se veem pinturas; em outros as placas brancas são espessas e sob elas nada se distingue. No setor ao lado direito do abrigo o processo de mineralização está rompendo as camadas mais externas do suporte e revelando uma nova superfície amarela e clara em que são visíveis as camadas roxas da sedimentação. (BERRA, 2015, p. 99)

Existe uma caverna (Figura 18) com uma única entrada na base do maciço rochoso a 8,60 m ao sul das paredes com pinturas. A cavidade comporta pessoas em pé e o teto está impregnado de fuligem de fogueiras. Logo acima dessa caverna, no friso da entrada, é possível detectar duas pinturas (Figuras 19 e 20). A abertura para o salão é baixa, sendo que a altura da base do friso onde estão as pinturas é de 1,20 m em relação ao solo (BERRA, 2015, p. 99-108).

Figura 17 – Localização do Sítio arqueológico Abrigo do Brejão. Lajeado-TO



Fonte: Google Maps.

Figura 18– Caverna em cujo friso estão os grafismos (Figuras 19 e 20). Abrigo do Brejão. Município de Lajeado-TO



Fonte: Berra (2015, p. 110).

Figura 19– Grafismo no friso da entrada da gruta. Abrigo do Brejão. Município de Lajeado-TO



Fonte: Braga (2015, p. 185).

Figura 20– Grafismo no friso da gruta. Imagem contrastada. Trata-se de um ser de identificação ambígua, pois o corpo é antropomorfo e as orelhas são de animal. Abrigo do Brejão. Município de Lajeado-TO



Fonte: Berra (2015, p. 109).

Figura 21– Grafismo no paredão. Abrigo do Brejão. Município de Lajeado-TO



Fonte: Original do acervo NUTA (BRAGA, 2015, p. 185).

Figura 22– Grafismo no paredão. Abrigo do Brejão. Município de Lajeado-TO



Fonte: Original do acervo NUTA (BRAGA, 2015, p. 185).

Na parte superior do paredão, há uma série de geométricos em vermelho vibrante. Os motivos são uma sequência de linhas paralelas, com dois círculos nas

extremidades do conjunto, ambos formados por dois círculos e um “X”, que nos remete às “ampulhetas” gravadas na foz do Rio Lajeado, bem como os círculos (BRAGA, 2015, p. 185).

Figura 23– Imagem contrastada. O cervídeo foi pintado a 3,60 m do solo atual. A pintura é bicrômica: contorno vermelho amarronzado e preenchimento amarelo com zonas internas sem pintura. Abrigo do Brejão. Município de Lajeado-TO



Fonte: Berra (2015, p.101-102).

Figura 24– O cervídeo, tal qual o grafismo anterior, foi pintado 3,55 m acima do solo atual. A pintura tem contorno vermelho e sem preenchimento interno. Abrigo do Brejão. Município de Lajeado-TO



Fonte: Berra (2015, p. 103).

3.4 Sítio Arqueológico Abrigo Veneza

O sítio arqueológico está localizado nos paredões com orientação para o vale do Rio Lajeado, a 8 km de sua foz. A água derrama das paredes e cai sem parar em forma de chuviscos vindos do alto da serra. Em função disso, a baixa visibilidade dos grafismos se acentua, com deslocamentos e marcas de escoamento de água recobrindo mais de 70% das paredes, o que acarreta rupturas no que pode ter sido uma sequência de gravura. (BERRA, 2015, p. 83).

O abrigo está bastante deteriorado com zonas descamadas. São aproximadamente 20m de paredão pintado. A visibilidade a partir do abrigo é tanta que é possível avistar o Rio Lajeado já na sua fase final, na desembocadura com o Rio Tocantins (BRAGA, 2015, p. 190). Nos grafismos é possível identificar “peixes, veados com faixas internas da Tradição Planalto, em vermelho e amarelo, geométricos (grandes), zoomorfos miniaturizados e os ‘feijões’ clássicos da região” (DE BLASIS; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2000, *apud* BRAGA, 2015, p. 190).

A interpenetração de pigmentos vermelhos e amarelos, geralmente de vermelhos sobre amarelos, diminui de intensidade nos trechos mais altos, fora do alcance das mãos. A maior parte das representações zoomorfas são grafismos pequenos. Um agrupamento minoritário de pinturas figurativas faz contraponto com o descrito acima por ter sido realizado em médias ou grandes dimensões, sendo a maioria bicrômica: amarela e contornada em vermelho (BERRA, 2015).

Figura 25 – Localização do Sítio arqueológico Abrigo Veneza. Vale do Rio Lajeado



Fonte: Google Maps.

Figura 26 – Grafismos no paredão do Sítio Arqueológico Abrigo Veneza. Vale do Rio Lajeado



Fonte: Berra (2015, p. 86).

Figura 27– Cervídeo bicrômico com zonas reservadas sem pinturas. Grafismos no paredão do Sítio Arqueológico Abrigo Veneza. Vale do Rio Lajeado



Fonte: Berra (2015, p. 86).

Figura 28 – Um grande quadrúpede (1,10m) foi pintado ao alto, a 2,36 m acima do patamar de apoio, com as patas estendidas em direções opostas. Grafismos no paredão do Sítio Arqueológico Abrigo Veneza. Vale do Rio Lajeado



Fonte: Berra (2015, p. 89).

Figura 29 – Um grande quadrúpede (1,10m) foi pintado ao alto, a 2,36 m acima do patamar de apoio, com as patas estendidas em direções opostas. Grafismos no paredão do Sítio Arqueológico Abrigo Veneza. Vale do Rio Lajeado



Fonte: Berra (2015, p. 89).

3.5 Sítio Arqueológico Foz do Lajeado

O Sítio Foz do Lajeado é de gravuras rupestres, que se encontra na área urbana do município de Lajeado, próximo à barragem da Usina Hidroelétrica do Lajeado. As rochas com as gravuras estão dispostas principalmente na margem esquerda do Rio Lajeado, estendendo-se até a parte central do rio, contudo, não foi encontrada nenhuma rocha gravada na margem direita (BRAGA, 2015, p. 236).

O Sítio Arqueológico Foz do Lajeado está inserido dentro da grande cascalheira, próximo ao Rio Tocantins, sendo a principal fonte de matéria prima lítica desse período, o pré-cerâmico. Esse material lítico (Figura 32 e 33) foi usado para “produção de lascas continuamente a qualquer momento até a redução e esgotamento deste artefato, além deste ser utilizado, propriamente dito, para raspar, cortar e furar, graças a sua forma que possibilita diversos gumes” (BRAGA, 2015, p. 136). Nesse cenário,

A montante da foz do Lajeado, onde hoje se encontra o lago da U.H.E do Lajeado estavam um conjunto de rochas gravadas. Para fins de cadastro, estas rochas foram consideradas sítios diferentes, porém são semelhantes em temática e estrutura. Neste conjunto não se observou nenhuma ocorrência de sobreposição. A técnica empregada para a produção das seis ocorrências foi o picoteamento. Os motivos são geométricos, bastante recorrentes em torno do tema: círculos, variando em concêntricos, espirais e radiados. (ROBRAHNGONZÁLEZ; DE BLASIS, 1997, *apud* BRAGA, 2015, p. 209)

Segundo Braga (2015), é possível que algumas dessas rochas tenham sido gravadas desde o primeiro período de ocupação, sendo identificadas ao todo no sítio 16 rochas com gravuras. Os recursos (material lítico) para a técnica de gravar estão por todos os lados do Sítio Arqueológico Foz do Lajeado. O local torna-se importante devido ao potencial da área da foz do Lajeado para captação de recursos líticos em todo o período de ocupação pré-histórica da região. Sobre os registros feitos nas rochas, os estudos indicam que o domínio da técnica de picoteamento, gravar, tem nessa área pelo menos 8000 A.P. Neste trabalho, foram selecionadas 05 rochas para demonstrar o potencial arqueológico desse sítio.

Figura 30 – Localização do Sítio Arqueológico Foz do Lajeado. Vale do Rio Lajeado



Fonte: Google Maps.

Figura 31 – Cascalheira do Lajeado, concentração e variedade de matéria prima. Proximidades da foz do Rio Lajeado. Município de Lajeado-TO



Fonte: Braga (2015, p. 136).

Figura 32 – Artefato Bifacial sobre lasca. Proximidades da foz do Rio Lajeado. Lajeado-TO



Fonte: Acervo NUTA (NASCIMENTO JÚNIOR, 2022).

Figura 33 – Ponta de projétil. Proximidades da foz do Rio Lajeado. Lajeado-TO



Fonte: Acervo NUTA (NASCIMENTO JÚNIOR, 2022).

Figura 34 – Gravura sobre rocha de arenito. Técnica de picoteamento. Foz do Lajeado. Município de Lajeado-TO



Fonte: Nascimento Júnior (2022).

Figura 35– Gravura sobre a rocha. Ao lado decalque da rocha, sítio Foz do Lajeado. Município de Lajeado-TO



Fonte: Braga (2015, p. 244).

Figura 36 – Gravura sobre rocha de arenito. Trata-se de uma cúpula central de onde partem os raios, sendo vista também em outras rochas. Técnica de picoteamento. Foz do Lajeado. Município de Lajeado-TO



Fonte: Nascimento Júnior (2022).

Figura 37– Gravura sobre a rocha. Ao lado, decalque da rocha, Sítio Foz do Lajeado. Município de Lajeado-TO



Fonte: Braga (2015, p. 244).

Figura 38 – Gravura sobre rocha de arenito. Técnica de picoteamento. Foz do Lajeado. Município de Lajeado-TO



Fonte: Nascimento Júnior (2022).

Figura 39 – Gravura sobre a rocha. Ao lado, decalque da rocha, Sítio Foz do Lajeado. Município de Lajeado-TO



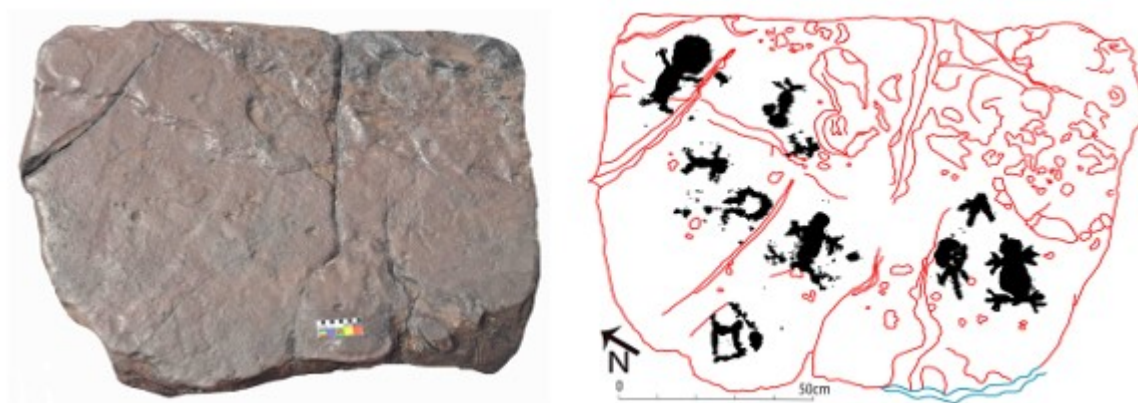
Fonte: Braga (2015, p. 248).

Figura 40 – A rocha está situada da parte central do Rio Lajeado. Sítio Foz do Lajeado. Município de Lajeado-TO



Fonte: Braga (2015, p. 249).

Figura 41 – Gravura sobre a rocha, detalhe para gravuras de antropomorfos. Ao lado, decalque da rocha, Sítio Foz do Lajeado. Município de Lajeado-TO



Fonte: Braga (2015, p. 249).

Figura 42 – Técnica de picoteamento sobre a rocha. São três círculos concêntricos e um cervídeo, o único exemplar. Sítio Foz do Lajeado. Município de Lajeado-TO



Fonte: Braga (2015, p. 255).

Figura 43 – Gravura sobre a rocha, detalhe para gravuras de um cervídeo. Ao lado, decalque da rocha, Sítio Foz do Lajeado. Município de Lajeado-TO



Fonte: Braga (2015, p. 256).

O Patrimônio Arqueológico pertence a todas as pessoas de uma nação, porque se trata de obras de seus antepassados, que viveram e testemunham

situações históricas. São herdados por toda a sociedade, sem distinção de idade, sexo, raça, religião ou mesmo posição social, servindo para conhecer sua história, aprender o que é bom e, com isso, não repetir erros do passado. Esse patrimônio opera para unir as pessoas e sociedades que tiveram a mesma história e tradição cultural, bem como para descobrir o multiculturalismo presente há milênios. Além disso, esses sítios podem promover o desenvolvimento do turismo e gerar fontes de renda econômica. Investigações arqueológicas mostram a existência de caçadores, coletores de plantas, pescadores e agricultores. O representante legal desses bens patrimoniais é o Estado, cabendo à sociedade civil a responsabilidade de cuidar desse legado, valorizá-lo, preservá-lo e transmiti-lo sem qualquer perda para as gerações seguintes, que recebem os mesmos direitos.

A Constituição Federal de 1988 versa sobre a obrigatoriedade de proteger esses bens arqueológicos em seu Artigo 23: “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos”. Várias outras leis, resoluções, portarias e instruções normativas (como já citado anteriormente) garantem a preservação desse patrimônio. A forma de preservá-los é através da aplicação direta das leis, no entanto, devem ser criados estímulos que impeçam ações destrutivas.

Infelizmente, não bastassem as ações de destruição promovidas por grandes empreendimentos, como agropecuária, usinas hidroelétricas, redes de transmissões, entre outros, nos últimos anos ações promovidas pelo Estado seguem esse mesmo trajeto. No governo do Presidente da República Jair Bolsonaro, uma das suas primeiras ações foi extinção do Ministério da Cultura (MinC), sendo criada em substituição uma Secretaria na qual se praticou uma política de aparelhamento. O IPHAN também conta com sucessivas investidas a fim de sucatear e limitar sua autonomia. Em um pronunciamento, o Presidente diz: “ali na cultura tem um tal de IPHAN, que tem o poder de embargar obras em qualquer lugar do Brasil”. Em seguida, alegou: “O IPHAN para qualquer obra no Brasil, como parou a do Luciano Hang. Enquanto tá lá um cocô pretrificado de índio, para a obra, pô”. Esse pronunciamento foi devido a um embargo feito pelo IPHAN em uma obra de um de seus apoiadores, um empresário brasileiro. Em comunicado, a Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) publicou uma nota de repúdio às falas do Presidente da República:

Sendo assim, infelizmente, as recentes falas do Senhor Presidente da República sobre o Patrimônio Arqueológico Brasileiro e sua gestão, o Licenciamento Ambiental e o IPHAN não causam espanto, pois trata-se de um reflexo de um processo em curso de desrespeito à legislação vigente e de ameaça à integridade de nosso Patrimônio Arqueológico.[...] Portanto, o descaso com o Patrimônio Arqueológico do atual Governo Federal evidenciado com as recentes falas do Presidente da República não só descumprem a Constituição Federal, acordos internacionais e demais legislações vigentes. Mais do que isso, trata-se de um processo de destruição do Patrimônio Arqueológico Brasileiro, bem único, não renovável e insubstituível em sua particularidade, e imprescindível para o fortalecimento de identidades e o reconhecimento de processos sociais de desigualdade e dominação. (SAB, 2021)

A academia e as pesquisas científicas têm papel fundamental na desconstrução de discursos que minimizam e desconstroem a importância do Patrimônio Cultural Brasileiro. O progresso só é verdadeiramente alcançado quando toda sociedade é respeitada em seus direitos, pois o contrário disso é autoritarismo, que deve ser repudiado por toda sociedade.

3.1 O papel das aulas de História no conhecimento e na preservação do Patrimônio Arqueológico

Tanto a História quanto a Arqueologia têm o objetivo de compreender a humanidade no espaço e no tempo, sendo, para tanto, fundamento o passado. A interação entre essas duas ciências é extremamente necessária, principalmente quando o estudo sobre determinada sociedade depende exclusivamente de fontes materiais que foram produzidas por povos pré-letrados¹. Diante disso, destaca-se que “A cultura material estudada pelo arqueólogo insere-se, sempre, em um contexto histórico muito preciso e, portanto, o conhecimento da história constitui aspecto inelutável da pesquisa arqueológica” (FUNARI, 2020, p. 85).

Apesar de toda riqueza arqueológica no município de Lajeado, pouco se faz com ela a fim de contribuir para uma maior reflexão sobre sua importância para a sociedade. O ambiente escolar tem o papel fundamental no caminho para o conhecimento, pois pode romper com o ensino no qual se utiliza somente do livro

1 Designação primitivos que não adquiriram dos povos a arte da leitura e da escrita. A história dos povos pré-letrados ou povos ágrafos é usualmente dividida em três períodos: Paleolítico ou Período da Pedra Lascada; Neolítico ou Período da Pedra Polida; Idade dos Metais.

didático como ferramenta para o aprendizado do estudante. Trazer outras possibilidades, como um objeto arqueológico ou uma aula de campo em um sítio arqueológico, deixando que o estudante problematize a partir da observação, pode criar um debate dialógico que auxilia no processo de ensino-aprendizagem de História.

Todo objeto tem algo a ser investigado, a ser conhecido. Quando esses objetos tiveram a ação do homem, seja qual for o passado no qual foi criado, ou modificado, torna-se, além do conhecimento do objeto, a intencionalidade que existiu em fazê-lo. Nesse ponto, temos uma investigação histórica, que toma o ser humano, ou grupos humanos, os quais, através de suas experiências (seu passado), modificaram o presente (nosso passado) com uma intencionalidade, muitas vezes no futuro (também nosso passado). Essa tridimensão dos homens do passado faz com que possamos decodificar as ações a fim de repetir o mesmo processo feito por eles, afinal, essa é uma característica humana:

Porque, ao contrário do animal, os homens podem tridimensionalizar o tempo (passado-presente futuro) que, contudo, não são departamentos estanques. Sua história, em função de suas mesmas criações vai se desenvolvendo em permanente devir, em que se concretizam suas unidades epocais. Estas, como o ontem, o hoje e o amanhã, não são como se fossem seções fechadas e intercomunicáveis do tempo, que ficassem petrificadas e nas quais os homens estivessem enclausurados. Se assim fosse, desapareceria uma condição fundamental da história: sua continuidade. As unidades epocais, pelo contrário, estão em relação umas com as outras na dinâmica da continuidade histórica (FREIRE, 1987, p. 67-68)

Nesse sentido, trabalhar com o Patrimônio Arqueológico, através de uma Educação Patrimonial problematizadora e dialógica, exercitando os processos de investigação, identificação, comparação, contextualização, interpretação e análise de um objeto arqueológico, é uma forma de estimular o estudante. Tal processo faz com que o estudante se envolva em uma técnica metodológica fundamental para a História: a investigação. Do ponto de vista do investigador, importa detectar, na análise que faz no processo da investigação, a transformação no seu modo de perceber a realidade, tendo em vista que educação e investigação temática, na concepção problematizadora, tornam-se momentos de um mesmo processo (FREIRE, 1987).

O estudo do Patrimônio Arqueológico conduz o estudante à percepção e ao entendimento das transformações da vida do ser humano no tempo e no espaço. Permite a vivência nos processos de investigação, contribuindo para a manutenção

da curiosidade, de modo a se tornar elemento motivador do conhecimento. Contudo, é importante conhecer e preservar as ações dos homens do passado que habitaram o mesmo lugar onde hoje vivemos. Essas ações tiveram significados, muitas vezes relacionados à sua luta e sobrevivência, revelando lida humana com os fatores externos, ambientais e sociais para garantir alimentos, segurança e manutenção de um habitat, de modo a favorecer a continuidade de sua espécie. Os estudos arqueológicos e antropológicos tentam interpretar o significado desses registros, preservando a memória coletiva. Para o homem da atualidade, essas interpretações podem significar outro olhar sobre o presente, traçando projetos que possam, por exemplo, mudar nossa relação com o meio em que vivemos. A análise do passado, desde os povos pré-históricos, ou pré-letrados, pode nos oferecer ricos ensinamentos, por exemplo, o manejo das florestas:

Outro problema que o passado pode elucidar é o do desmatamento. O advento do neolítico significava que as florestas acabaram sendo derrubadas para dar lugar às roças. Nas florestas da Europa e América do Norte isto não trouxe problemas, ao menos inicialmente. Mas, em áreas tropicais, onde o grau de lixiviação do solo é maior, a história era outra. Na região do atual Saara, encontramos sítios arqueológicos com arpões e anzóis, e as pinturas rupestres figuram animais típicos das savanas na atual África do Sul e Oriental. As queimadas das roças acabaram intensificando um processo incipiente de desertificação, ao ponto de torná-la irreversível. Antes, as condições eram semelhantes às da Amazônia e do Centro-Oeste de hoje, em termos de solo e regime pluviométrico. Evidentemente, a história vai se repetir aqui também. O que é necessário é que se procure aproveitar as lições do passado. (MILLER, 2009, p. 173)

É frequente, em função da proximidade que Lajeado tem de terras indígenas, e por ter habitantes descendentes desses povos, ouvir comentários discriminatórios, tais como: “Índio é preguiçoso”; “Índio não gosta de trabalhar, gosta de ficar sendo sustentado pelo governo”, entre outros sempre relacionados ao trabalho. Uma análise interessante feita pelo arqueólogo e antropólogo Miller (2009), que pode ser relacionada, nas aulas de História, ao sobre “Patrimônio Arqueológico”, diz respeito à relação dos antepassados com o trabalho. Vale lembrar que as análises e interpretações sobre alguns povos pré-históricos ou pré-letrados só foi possível a partir de evidências arqueológicas. O autor mostra que os grupos humanos vêm desde o Paleolítico, acumulando cada vez mais horas de trabalho para sua sobrevivência (MILLER, 2009, p. 176). Os grupos caçadores-coletores necessitavam de quatro a seis horas de trabalho, tendo, com isso, mantimentos para três, quatro ou mais dias. Os grupos de agricultores, como necessitam de preparar a terra, semear, colher, contam com o mesmo tempo de trabalho, mas é cotidianamente,

além de se configurar como um labor extremamente pesado para poder estocar alimentos. Nos tempos atuais, o ser humano para manter sua sobrevivência trabalha 8 horas por dia, de 40 a 48 horas, jornada que é fruto da luta dos movimentos sociais trabalhistas, acabando com o trabalho com jornada de 10 a 12 horas diárias. O saldo é o ser humano civilizado, que trabalha mais que o agricultor do Neolítico.

Para além de uma pretensa defesa do retorno às cavernas do ser humano moderno, é necessário problematizar o trabalho como meio de sobrevivência com os estudantes a partir de antigas civilizações que deixaram seus registros através de gravuras, pinturas e artefatos, garantindo aos discentes a possibilidade de reflexão sobre como são as relações de trabalho atuais. A fim de conseguir um maior tempo para poder desfrutar desse tempo livre, uma significativa redução de carga horária de trabalho é necessária. Para tanto, algumas modificações deverão ser feitas, como a redução do consumo e a eliminação do acúmulo de capital. O entendimento que o estudante terá, quando abordamos e problematizamos o trabalho desde a pré-história (e mesmo na atualidade), é que “transformando a realidade natural com seu trabalho, os homens criam o seu mundo. Mundo da cultura e da história que, criado por eles, sobre eles se volta, condicionando-os. Isto é o que explica a cultura como produto, capaz ao mesmo tempo de condicionar seu criador” (FREIRE, 1987, p. 87). Com isso, perceberem o significado criador e recriador de seu trabalho transformador, por exemplo, de cortar uma árvore, de dividi-la em pedaços, de tratá-los de acordo com um plano previamente estabelecido e que, ao ser concretizado, dá lugar a algo que já não é a árvore. Percebem, finalmente, que esse algo, produto de seu esforço, é um objeto cultural (FREIRE, 1981, p. 27).

Nesse cenário, destaca-se que as gravuras e desenhos rupestres tiveram uma intencionalidade, seja por mera contemplação ou por motivos que ainda hoje não foram desvendados. Oportunizar aos estudantes a possibilidade de conhecer esses registros arqueológicos fará com que despertem uma consciência de preservação, pertencimento e respeito aos povos indígenas. Hoje, muito do que foi descoberto ainda não foi explicado a partir da nossa observação de mundo, mas, no futuro, com o surgimento de novos estudos, poderá ser útil para termos um olhar diferente sobre a sociedade e o meio ambiente. A prática educativa, portanto, precisa estar atenta a esse processo formativo e crítico:

Imaginemos, agora, um educador que organizasse o seu programa “educativo” para estes homens e, em lugar da discussão desta temática, lhes propusesse a leitura de textos que, certamente, chamaria de “sadios”, e

nos quais se fala, angelicalmente, de que “a asa é da ave”... E isto é o que se faz, em termos preponderantes, na ação educativa como na política, porque não se leva em conta que a dialogicidade da educação começa na investigação temática. A sua última etapa se inicia quando os investigadores, terminadas as descodificações nos círculos, dão começo ao estudo sistemático e interdisciplinar de seus achados. (FREIRE, 1987, p. 87)

Nesse sentido, trabalhar com o Patrimônio Arqueológico discutido neste trabalho através de uma Educação Patrimonial, investigativa, problematizadora e dialógica na Escola Sebastião de Sales Monteiro cria nos estudantes o interesse necessário para que seja desenvolvido o sentimento de investigação, pertencimento e conseqüentemente de preservação desses patrimônios culturais. Contudo, é necessária uma valorização de toda essa riqueza, que hoje é bastante reconhecida dentro de universidades através de pesquisas acadêmicas na área da Arqueologia, mas é pouco conhecida pela própria comunidade de Lajeado.

3.1.1 As aulas de História e a orientação da BNCC e do DCT

A educação no Brasil sempre foi campo de disputa de vários interesses, desde aqueles de ordem social, visando à formação de um indivíduo crítico, com pensamentos emancipatórios, até os privados, que buscam na educação uma fonte de recursos governamentais, como, por exemplo, uma mão de obra qualificada que atenda suas demandas. Nos últimos anos, é perceptível que nesse embate entre educação emancipatória e uma recheada de políticas neoliberais, e que atenda aos interesses mercadológicos, a primeira tem perdido espaço em detrimento da segunda. Isso se dá pela necessidade de atender a uma situação financeira povoada por crises no capital, tanto nacional quanto internacional. Países como Brasil podem oferecer mão de obra barata, mas não especializada, o que justificaria a entrada em campo de uma proposta que atenda a esses interesses, a BNCC.

Apesar da Constituição Federal de 1988, em seu Art. 210, defender que “Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”, prevendo a necessidade de sua criação, foi somente em 2015 que se iniciaram seus debates, dos quais resultou a criação da primeira versão da BNCC em 2016. Depois de novas discussões, uma segunda versão foi proposta, também em 2016. Porém, foi somente em 2017 que a versão final ficou pronta,

sendo aprovada e homologada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) no mesmo ano, com a sua implementação nas escolas em 2020. Sobre a sua configuração,

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN). (BRASIL 2017, p. 07)

Ao adentrar o texto introdutório da BNCC, o leitor pode ser induzido a acreditar que existe uma real preocupação com os “direitos de aprendizagem e desenvolvimento”, ou que está “orientado em princípios éticos”. No entanto, a Base não tem como objetivo principal a solução de problemas ligados à educação, nem a melhoria da qualidade do ensino, o bem-estar comum e as questões sociais, mas demonstra fortemente estar relacionada aos interesses políticos e às demandas econômicas. (BRANCO; IWASSE; ZANATTA, 2018, p. 49). Em outras palavras,

O modelo proposto possui outras intencionalidades, que não o direito à educação de fato. Tal afirmativa se justifica porque as alterações não tocam em aspectos cruciais como financiamento, estrutura das escolas, evasão dos alunos e condições de trabalho dos professores, estando mais direcionadas para a formação flexível e aligeirada, assim como para o aumento de parcerias que conduzem à terceirização e à privatização, de modo a aplicar recursos públicos em instituições privadas. (GONÇALVES, 2017 *apud* BRANCO; IWASSE; ZANATTA, 2018, p. 49)

Entretanto, especialistas e instituições educacionais afirmam que, apesar dos discursos governistas em defesa da Base, o compromisso com a educação e a democracia, que deveriam ser prioritários, são comumente secundarizados, dando lugar a interesses privados, relações de poder, alianças entre partidos políticos, agentes educacionais, lobbies educativos e instituições capitalistas (BRANCO; IWASSE; ZANATTA, 2018, p. 49). Nos debates para criação da BNCC, “estranhamente”, vários setores privados e instituições não governamentais apareciam no cenário, interferindo nas políticas públicas para a educação. O certo é que fundações ligadas a conglomerados financeiros, como Fundação Roberto Marinho, Fundação Victor Civita, Fundação Ayrton Senna e Fundação Lemann, empresas como Natura, Gerdau e Volkswagen, explicitaram uma intenção na forma

como o currículo seria distribuído na educação. Destaca-se que a motivação é um maior controle sobre a configuração curricular, além do deslocamento de impostos para suas fundações (MACEDO, 2014).

O fato é que a BNCC foi incluída nas escolas, e com isso existe uma cobrança para que o professor a execute, desenvolvendo cada componente curricular conforme as orientações do documento. A partir disso, cabe ao professor usar estratégias, trabalhando com os estudantes as três dimensões da Base: unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades. Paralelamente, também é necessário trabalhar uma visão crítica e problematizadora das próprias dimensões. Não há, contudo, um total retrocesso nas orientações da BNCC. É importante que o professor promova, através de um debate dialógico com o estudante, alternativas para superar as limitações contidas no documento.

Considerando que, no 6º ano do Ensino Fundamental, o estudante terá contato com o debate sobre a Pré-História, o componente curricular de História, juntamente com a Arqueologia, facilitará em sua compreensão. O diálogo entre essas duas ciências está presente na BNCC, a qual define um conjunto de aprendizagens para o estudante: “No 6º ano, contempla-se uma reflexão sobre a História e suas formas de registro. São recuperados aspectos da aprendizagem do Ensino Fundamental – Anos Iniciais e discutidos procedimentos próprios da História, o registro das primeiras sociedades [...]” (BRASIL, 2017, p. 413). Considerando esses pressupostos, na área de Ciências Humanas, o componente curricular de História (6º ano) do Ensino Fundamental estabelece:

Unidade temática: História: tempo, espaço e formas de registro. **Objeto(s) de conhecimento:** As origens da humanidade, seus deslocamentos e os processos de sedentarização. **Habilidade(s) da BNCC: (EF06HI02)** Identificar a gênese da produção do saber histórico e analisar o significado das fontes que originaram determinadas formas de registro em sociedades e épocas distintas. **(EF06HI04)** Conhecer as teorias sobre a origem do homem americano. (BRASIL, 2017, p. 416-417 [grifo nosso])

Nesse sentido, a partir do Ensino de História, é possível realizar um trabalho com os registros rupestres encontrados no município de Lajeado que atenda às normativas definidas pelo Ministério da Educação (MEC), mas criando uma criticidade sobre essas “normas definidas”, de modo a entender que o debate sobre um objeto pesquisado não é algo estático. Sendo assim, Lajeado, através de seu patrimônio, oferece um material de grande significado histórico e arqueológico para

ser trabalhado em sala de aula, e até mesmo fora dela. Tal possibilidade é prevista pela BNCC, que aponta:

A utilização de objetos materiais pode auxiliar o professor e os alunos a colocar em questão o significado das coisas do mundo, estimulando a produção do conhecimento histórico em âmbito escolar. De que material é feito o objeto em questão? Como é produzido? Para que serve? Quem o consome? Seu significado se alterou no tempo e no espaço? Como cada indivíduo descreve o mesmo objeto? Os procedimentos de análise utilizados são sempre semelhantes ou não? Por quê? Essas perguntas auxiliam a identificação de uma questão ou objeto a ser estudado. Diferentes formas de percepção e interação com um mesmo objeto podem favorecer uma melhor compreensão da história, das mudanças ocorridas no tempo, no espaço e, especialmente, nas relações sociais. (BRASIL, 2017, p. 398-399)

Já é possível observar o quão é extenso e complexo o estudo sobre este período da História. Trazer esse e outros debates sobre a Pré-História para estudantes do ensino fundamental é um tanto desafiador para o professor. Na BNCC, o tema compõe as habilidades a serem trabalhadas no 1º bimestre com os estudantes do 6º ano do ensino fundamental: “(EF06HI03) Identificar as hipóteses científicas sobre o surgimento da espécie humana e sua historicidade e analisar os significados dos mitos de fundação; (EF06HI04) Conhecer as teorias sobre a origem do homem americano” (BRASIL, 2017, p. 416).

O DCT, que é um documento criado com base e após a BNCC, reproduz uma educação que não atende aos reais anseios dos estudantes e professores tocantinenses. Trata-se de documento “conteudista”, demanda do professor o trabalho com uma grande quantidade de habilidades, mas que não exige da escola as condições para que tais exigências sejam cumpridas pelo corpo docente. O ambiente precário em que se encontra a maioria das escolas públicas tocantinenses, muitas vezes tendo somente um quadro e giz (ou pincel) como ferramenta de trabalho, faz com que o professor não consiga alcançar o objetivo, que é o aprendizado dos estudantes. Mais uma vez, a teoria apresentada no documento está longe de ser uma realidade dentro das escolas. Embora o caráter alienante do documento não tenha sido deixado de lado, vários setores ajudaram em sua construção:

No Tocantins, o processo envolveu uma equipe de representantes de instituições, que buscou a participação de municípios, professores da educação básica e superior, gestores e especialistas das diferentes etapas e componentes curriculares, que empreenderam estudos diálogos, análises e pesquisa visando um documento que atenda a realidade do território tocantinense. (PALMAS, 2019)

Como na BNCC, o DCT já é uma realidade nas escolas, e novamente o professor tem que usar estratégias para desenvolver uma aula que fuja das limitações impostas tanto pela falta de estrutura física das escolas quanto pelo caráter limitante do saber. Nesse documento, são incluídos alguns aspectos singulares do Tocantins, como, por exemplo, a história local, que envolve também o estudo dos indígenas no território tocaninense, além dos sítios arqueológicos encontrados no estado. A habilidade que consta no DCT a ser trabalhada com os estudantes no 1º bimestre é “(EF06HI02bTO) Identificar as regiões do Tocantins onde se localizam os sítios arqueológicos, paleontológicos e espeleológicos, e sua importância para compreensão de nossa história” (PALMAS, 2019, p. 72). O desenvolvimento de tais habilidades com estudantes entre 10 e 13 anos de idade, que estão saindo da primeira fase do ensino fundamental, torna-se uma tarefa de difícil entendimento, devido à complexidade e abstração do tema. Neste sentido, faz-se necessário um ensino de História desenvolvido através de uma Educação Patrimonial problematizadora e dialógica, contribuindo para que o estudante investigue esses registros rupestres encontrados no município de Lajeado e, conseqüentemente, compreenda o grande significado histórico e arqueológico desses registros.

4. PRÉ-HISTÓRIA, ARQUEOLOGIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

4.1 A Pré-História no Ensino de História

A periodização clássica, ou eurocêntrica, do ensino de História é bem conhecida dos estudantes desde seus primeiros contatos com o ensino dessa disciplina: Pré-História (surgimento do homem até o surgimento da escrita em 4.000 a.C.), Idade Antiga (de 4000 a.C. até 476 d.C., quando ocorre a queda do Império Romano do Ocidente), Idade Média (de 476 d.C. até 1453, quando ocorre a conquista de Constantinopla pelos turcos otomanos e consequentemente a queda do Império Romano do Oriente), Idade Moderna (de 1453 até 1789, quando da eclosão da Revolução Francesa.) e Idade Contemporânea (de 1789 até aos dias atuais). Contudo, tais divisões históricas são contraditórias, pois padroniza a História do mundo (História Geral) a partir de um único lugar, a Europa. Com o advento da colonização, e posteriormente do Imperialismo, as divisões foram usadas com o objetivo de justificar a dominação europeia nos outros continentes. No caso da América, os povos nativos foram tidos com pré-históricos, os quais necessitariam (segundo os colonizadores) de uma intervenção para urbanização local, desconsiderando a subjetividade de cada continente, de cada região ou grupos humanos.

Há também a periodização da Pré-História: “Em 1865, surgiram os termos Paleolítico (Idade da Pedra Antiga) e Neolítico (Idade da Pedra Recente). Abriram-se, assim, as portas para o estudo da Pré-História, definida como todo o imenso período anterior à invenção da escrita” (FUNARI, 2020, p. 13). Assim sendo, temos como maior parte dessa periodização a Pré-História, datada há cerca de 3,5 a 4 milhões de anos:

A Pré-História trata dos últimos 100 a 120 mil anos, período em que existe a espécie humana, o *Homo sapiens sapiens*, e também dos milhões de anos anteriores, em que existiram os hominídeos, espécies que antecederam à nossa: 99,9% do passado, portanto. Apenas 0,1% do tempo da existência do homem e dos seus ancestrais na cadeia evolucionária corresponde ao período em que existe a escrita. (FUNARI, 2020, p. 13).

Ao tratarmos da Pré-História, outras questões permeiam o debate, como o conceito de “pré”, que traz consigo o significado de antecedência, isto é, antecede algo. Nesse sentido, compreende-se que Pré-História poderia significar antes da

História, sendo possível, linguisticamente, entender que esse período não teria história. Em outras palavras, até o aparecimento da escrita não existiria história no mundo.

A historiografia conservadora do século XIX fundou-se em uma perspectiva positivista, na qual historiadores pensavam ser impossível estudar o passado de sociedades ágrafas. A história só poderia ser contada a partir de documentos escritos, sendo, assim, a Pré-História colocada em um patamar inferior, ou mesmo sem credibilidade em sua veracidade. Apesar do vasto uso do termo “pré-história”, a historiografia já superou esse debate, entendendo que mesmo sem escrita a humanidade tem sua história passível de ser estudada e compreendida, independentemente de sua forma de comunicação. Os vestígios arqueológicos conseguem ser usados como fonte de pesquisa para o entendimento das sociedades “pré-letradas”.

Nesse cenário, os termos “pré-história” ou “pré-letramento” remete-nos a um questionamento relativo à escrita: a partir da definição como “um código de signos dotados de denotação, arbitrário e consciente de formas convencionais traçadas que representam sons que, por sua vez, representam entidades tanto concretas como abstratas. Será tão simples?” (BORLOZ, 1990, p. 66). Quando olhamos um mapa, placas de trânsito, um prédio de uma penitenciária, o uniforme de um soldado, suas armas, uma bandeira vermelha com um machado e uma foice, a suástica estampada na camiseta de uma pessoa, há sentidos em diálogo. Será mesmo que um texto oficial diz mais que as imagens do Holocausto? As paredes de um convento podem trazer mais informações fidedignas que os registros oficiais cristãos? Se a sequência de imagens, ao ser decifrada, produz uma unidade sonora, o que diremos das escritas ideográficas, com seus códigos? Elas poderão perder o status de escrita? (BORLOZ, 1990, p. 66). Nesse sentido, a comunicação por imagens é, e sempre foi, uma forma de comunicação, em que sua representação quer dizer algo, passar algum tipo de informação. Cabe ao pesquisador decodificar o objetivo das imagens, objetos ou lugares:

Geralmente é assim, o que sobrou dos seres humanos e de sua cultura material indica, para o especialista, de forma menos clara que o relato, suas formas de associação, produção, suas relações com o meio, suas estruturas de parentesco, sua concepção de chefia e liderança; e dá pistas sobre sua visão de mundo. [...] Temos locais de habitação, permanente datados, uma paleobotânica e uma paleozoologia que viabilizam a concepção de uma relação entre ambiente e grupo humano [...] temos construções megalíticas orientadas astronomicamente; temos pinturas e esculturas... Se não temos

o indivíduo, temos o grupo, ou a associação de indivíduos, temos a matéria prima Histórica. (BORLOZ, 1990, p. 70)

Ainda assim, o termo “pré-história” é amplamente usado na historiografia. Essa periodização eurocêntrica que marca o surgimento da história com os escritos encontrados na Mesopotâmia, por volta de 4.000 a.C. não atendendo a outras localidades. No continente americano, tem-se como definição de “pré-história” todo o período anterior 1492, data da chegada de Colombo neste território, sendo também é chamado de pré-colombiano. No Brasil, Funari e Noelli (2020, p. 14-15) usam o termo “Pré-História do Brasil” para designar a ocupação do território brasileiro desde a chegada dos primeiros seres humanos:

E essa Pré-História do Brasil compreende a existência de uma crescente variedade linguística, cultural e étnica, que acompanhou o crescimento demográfico das primeiras levas constituídas por umas poucas pessoas (centenas ou poucos milhares) que chegaram à região até alcançar muitos milhões de habitantes na época da chegada da frota de Cabral. (FUNARI; NOELLI, 2020, p. 15)

O termo “Pré-História do Brasil” foi, e continua sendo, usado por muitos pesquisadores, contudo, mais recentemente esse termo também foi problematizado por alguns estudiosos, passando a ser usado o termo período “Pré-cambriano”, que remete o período anterior à chegada de Cabral, em 1500. As subdivisões são orientadas pelo período geológico: Pleistoceno (60.000-12.000 A.P.) e Holoceno (12.000-4.000 A.P.). O período Holoceno conta com as seguintes divisões: Arcaico antigo (12.000-9.000 A.P.), Arcaico médio (9.000-4.500 A.P.), Arcaico recente (4.000 A.P. até a chegada dos europeus). Esse período geológico Pleistoceno e Holoceno, com tal datação, compreende os estudos pré-cabralinos, usados por pesquisadores no Brasil, e não segue o convencional Paleolítico e Neolítico. Para a região arqueológica do Brasil Central, onde o município de Lajeado está inserido, os períodos estudados são o final do Pleistoceno e todo Holoceno:

Sendo assim teríamos no período antigo de ocupação do Lajeado (12000-9000 A.P.) um ambiente transicional do Pleistoceno para o Holoceno, resultando em um ambiente mais seco e aberto. No segundo momento (6000-5000 A.P.) houve um aumento gradativo da umidade, que proporcionou o aumento das florestas. O terceiro e último momento (2000 A.P. até a atualidade) as características ambientais do cenário estariam semelhantes ao que temos hoje, o cerrado. (BRAGA, 2015, p. 367)

Apesar da grande problematização que envolve o termo “Pré-História” e o contexto histórico que foi criado, é possível sua utilização sem o risco de produzir novamente preconceitos já superados pela historiografia. Nesse sentido, este

trabalho optou por essa denominação, pois nas pesquisas e nos livros didáticos o termo “Pré-História” ainda é o mais utilizado pelos autores.

Nesse sentido, procurando auxiliar o entendimento desse vasto e complexo período histórico, torna-se necessária a produção de ferramentas e metodologias que contribuam para o processo de ensino-aprendizagem da Pré-História nas aulas de História.

4.2 Arqueologia e o Patrimônio Arqueológico

É essencial pensar o Patrimônio Histórico e Cultural de forma ampla, ultrapassando as concepções colonialistas e eurocêntricas. Assim, o espaço do debate se abre, atingindo os vários aspectos que envolvem essa temática. É necessário pensar o Patrimônio Histórico e Cultural em sua multiplicidade de significados, ou seja, diversos olhares a partir da relação que as pessoas, os sujeitos sociais, têm com esses bens patrimoniais, criando, assim, significados distintos. Refletir sobre o patrimônio é sobretudo pensar nas pessoas, no que produzem, o que fazem e a sua relação com as suas próprias referências culturais.

O debate sobre Patrimônio Histórico e Cultural no Brasil vem sendo constituído desde a Constituição de 1937. O Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Cultural nacional. O artigo 1º do documento apresenta:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937).

A partir de então, as bases legais para garantir a preservação do Patrimônio Histórico e Cultural brasileiro esteve presente nas demais Constituições (1946, 1967 e 1988). Em relação às legislações específicas que tratam da arqueologia nacional, em 1961 foi sancionada a Lei 3.924, conhecida como Lei de Arqueologia, a qual dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Essa lei foi um marco importante na regulamentação da arqueologia nacional, pois conceitua monumento arqueológico ou pré-histórico, limita as escavações em terras particulares e públicas para fins somente de pesquisa com a permissão do Governo Federal, proíbe o envio para o exterior de objetos arqueológicos ou pré-históricos com pena por crime contra

o patrimônio nacional. Determina também que, no momento em que é registrado no IPHAN, o sítio arqueológico se torna imediatamente um bem tombado pela União.

A Resolução do CONAMA nº001 de 1986 definiu as diretrizes gerais para o uso e a implementação da Avaliação de Impacto Ambiental em projetos que alterem as propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente. A resolução, em seu artigo 6º, prevê um diagnóstico ambiental na área de implementação do projeto, considerando o “meio socioeconômico, o uso e ocupação do solo, os usos da água e a socio economia, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade [...]”.

A portaria nº 07, de 1988, do IPHAN, dispõe sobre “a necessidade de regulamentar os pedidos de permissão e autorização e a comunicação prévia quando do desenvolvimento de pesquisas de campo e escavações arqueológicas no País, a fim que se resguarde os objetos de valor científico e cultural localizados nessas pesquisas”.

A Lei 9.605 de 1998, nos artigos 63 e 64, dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e ao Patrimônio Arqueológico, com pena de detenção de seis meses a um ano, e multa. Já a Lei 12.408 de 2011, em seu artigo 65, diz: “Se o ato for realizado em monumento ou coisa tombada em virtude do seu valor artístico, arqueológico ou histórico, a pena é de 6 (seis) meses a 1 (um) ano de detenção e multa”.

Portaria interministerial nº 60, de 24 de março de 2015, dispõe sobre as responsabilidades e os procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e das entidades da administração pública federal, incluindo o IPHAN, nos processos de Licenciamento Ambiental. Sobre os bens patrimoniais arqueológicos, destaca os estudos que deverão ser apresentados sob a forma de Relatório de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico, visando avaliar o impacto gerado por empreendimentos.

Em 2016, a Portaria nº 44 “estabelece procedimento administrativo referente à manifestação do IPHAN sobre a existência de restrição legal para a saída de bens culturais do país, incluindo peças arqueológicas ou pré-históricas”. Já em 18 de abril de 2018, a Lei 13.653 dispõe sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo, o que também foi um marco importante para consolidação de políticas voltadas para preservação do Patrimônio Arqueológico nacional, pois dá segurança legal ao profissional dessa área.

O mais recente marco referente aos bens patrimoniais arqueológicos é a Portaria nº 375, de 2018, que institui “a Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM) do Iphan, a ser implementada de acordo com os princípios, premissas, objetivos, marcos referenciais e diretrizes previstos nesta Portaria”.

É notório o significado dos bens arqueológicos, já que estão presentes em todas as legislações sobre a preservação do Patrimônio Histórico e Cultural. Nesse sentido, a base legal para políticas voltadas à preservação dos bens arqueológicos nacionais está bem consolidada, algo de importância que por vezes não é compreendido por pessoas fora da arqueologia. Funari (2020, p.15), em seu livro “*Arqueologia*”, faz questionamentos importantes para entendermos o termo: O que a arqueologia estuda? Para que serve, e quais seus objetivos?

É possível que boa parte das respostas sobre a arqueologia esteja relacionada simplesmente com “objetos”, ou coisas criadas pelos seres humanos do passado pré-histórico. Encontrar objetos, como armas, ferramentas, utensílios de cozinha, pinturas, gravuras em pedras e outras marcas de ocupação das sociedades pré-históricas, encontrados em sítios arqueológicos, por muito tempo, foi tratado como único trabalho da arqueologia: “Essa concepção encontra-se ainda muito difundida entre aqueles que consideram ser tarefa do arqueólogo simplesmente fazer buracos no solo e recuperar objetos antigos” (FUNARI, 2020, p. 13).

Esses objetos encontrados em sítios arqueológicos são fundamentais para o desenvolvimento de uma pesquisa, compreendendo exploração, observação, catalogação dos objetos encontrados. Além disso, a resposta a perguntas construirá a tese de alguma hipótese previamente levantada, o que constitui os passos do método de investigação científica usado pela arqueologia. A partir disso, são verificadas as várias transformações sociais ocorridas durante séculos, resgatando a história e cultura dos antepassados. Entretanto, a arqueologia tem, nos últimos anos, alargado o seu campo de ação para o estudo da cultura material de qualquer época, como a arqueologia histórica e a arqueologia contemporânea:

Até meados da década de 1960, o pensamento dominante considerava que a arqueologia tinha como propósito a simples coleção, descrição e classificação de objetos antigos. [...] A renovação dos estudos arqueológicos veio, no entanto, fortalecer a corrente daqueles para quem a arqueologia é o estudo da cultura material que busca compreender as relações sociais e as transformações da sociedade. [...] A arqueologia utilizando-se de métodos próprios, por meio da cultura material, deve envolver-se também com objetos históricos e socioantropológicos. [...] A especificidade de cada ciência humana consiste, essencialmente, no seu objeto primário de investigação e nos meios particulares de tratamento

desse objeto. Assim, a especificidade da arqueologia consiste em tratar, particularmente, da cultura material, das coisas, de tudo que, em termos materiais, se refere à vida humana, no passado e no presente. (FUNARI, 2020, p. 15-19)

Outro ponto importante a ser destacado é a Arqueologia Pública, uma disciplina ou subárea da Arqueologia que visa uma maior interação com o público, proporcionando uma ciência aplicada, que leva benefícios às comunidades. A arqueologia voltada apenas para a divulgação de dados científicos cria um distanciamento muito grande da população em geral, principalmente pela linguagem acadêmica, que por vezes é de difícil compreensão. A partir dos anos de 1990, esse campo começou a se fortificar e se tornar mais vasto. Assim, muito além de divulgar dados para sociedade de uma forma mais popular, a proposta foi interagir com as comunidades locais, envolvendo-as nas pesquisas, incluindo de campo, como as escavações em sítios arqueológicos.

Essa participação do público agrega valores para a comunidade, que passa a se envolver com os bens culturais de sua região, desenvolvendo o sentimento de pertencimento com esse patrimônio. Além disso, o público pode auxiliar nas pesquisas, pois consegue um olhar interpretativo que muitas vezes tem relação ancestral com alguns locais e objetos arqueológicos:

A Arqueologia Pública não se resume à divulgação de resultados das pesquisas, uma vez que este é um dos pressupostos de qualquer ciência. Afinal, a ciência produz conhecimento para a sociedade e não para si mesma. A Arqueologia Pública, tal como a compreendemos, engloba um conjunto de ações e reflexões que objetiva saber a quem interessa o conhecimento produzido pela Arqueologia; de que forma nossas pesquisas afetam a sociedade; como estão sendo apresentadas ao público. (ALMEIDA, 2003, p. 275-276).

Essa abordagem que busca parceria com a comunidade partiu do pouco envolvimento que se tinha com os patrimônios arqueológicos, resultando na destruição, ou até mesmo vandalismo provocado por pessoas da própria comunidade, o que acende o sinal de alerta sobre algo que está errado. Nesse sentido, a Arqueologia Pública ajuda no processo de preservação, conhecimento e pertencimento desses bens pela própria comunidade. Uma reportagem feita pela TV Anhanguera em 2019 denunciou as práticas de destruição: “Pinturas rupestres com mais de oito mil anos de história estão ameaçadas pelas queimadas e também pelo vandalismo no Tocantins. O sítio arqueológico fica na serra do Lajeado, em torno de dois quilômetros e meio de Palmas. A proximidade com a cidade acabou facilitando

a depredação e causando prejuízos irreparáveis no local”². A prática de violação desse patrimônio precisa ser compreendida numa perspectiva mais ampla:

Uma das possibilidades de explicação desse desrespeito pelo patrimônio público no Brasil pode estar na relação da população com o Estado. Caso essa relação seja de clientela, de tutela, é, por conseguinte, de dependência, de obrigação, de sujeição. A discordância com relação a essa condição de subserviência traduz-se em um sentimento de desobrigação e de desobediência. Isso faz com que o cidadão não se perceba como parte responsável por algo que, a seu ver, não lhe pertence. A questão vai mais além, uma vez que, ao burlar as regras estabelecidas pelo Estado, o indivíduo demonstra sua insatisfação, exercendo, mesmo que equivocadamente, uma atitude de resiliência. O resultado é a destruição do que é público. (BEZERRA, 2003, p. 284)

Devido à expansão urbana e industrial brasileira nestes últimos anos, as ameaças ainda são maiores quando há grandes empreendimentos de engenharia civil que impactam os sítios arqueológicos, como construção de usinas hidroelétricas, linhas de transmissão, rodovias, dutovias, empreendimentos urbanísticos, entre outros. A resolução do CONAMA nº001/86 exige uma Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), que dimensiona os impactos de qualquer atividade que modifique o meio ambiente. Essa exigência busca um conhecimento que anteceda as ações impactantes nos sítios arqueológicos, contribuindo assim para minimizar os impactos que serão causados pelos empreendimentos.

Conforme exigência do CONAMA nº001/86, a avaliação arqueológica tem que ser desenvolvida por arqueólogos, que são contratados por empresas públicas ou privadas para mensurar o impacto que sofrerá o Patrimônio Arqueológico na execução do projeto. O objetivo é identificar e proteger o Patrimônio Arqueológico, que pode ser destruído em função do empreendimento. Surge, assim, a chamada *Arqueologia de Contrato*³, na qual se encontra a maior parte dos estudos e trabalhos arqueológicos nacionais. A partir da resolução, a pesquisa arqueológica por contrato se tornou um pré-requisito para a maioria dos licenciamentos ambientais que acontecem em empreendimentos de médio e grande porte. Houve um aumento considerável na contratação dos serviços de arqueologia por empresas que

² Disponível em: <<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2019/05/04/pinturas-rupestres-sao-ameacadas-por-queimadas-e-vandalismo-no-tocantins.ghtml>> . Acesso em 02 set. 2021.

³ O termo arqueologia de contrato foi introduzido como decorrência do surgimento de um mercado de trabalho que pressupunha para o arqueólogo, como já ocorria com outras profissões, a existência de padrões ou de clientes. Um serviço arqueológico determinado é realizado por uma remuneração negociada entre as partes. (MEIGHAN *apud* CALDARELLI, 1999-2000, p. 52).

necessitam desses estudos, cujo fito é se adequar às exigências do Licenciamento Ambiental.

A partir da antiga Portaria nº 230/2002 do IPHAN, constituiu-se a necessidade de um Programa de Educação Patrimonial no âmbito da aprovação de projetos que interferissem em sítios arqueológicos. A partir disso, multiplicaram-se ações educativas como forma de cumprir a exigência (SCIFONI, 2017, p 9). A exigência do Programa de Educação Patrimonial para a licença ambiental fez com que houvesse uma ampliação de cursos na área da arqueologia e, conseqüentemente, uma maior demanda no mercado de trabalho.

Apesar da quantidade de sítios arqueológicos localizados no município de Lajeado, a maior parte encontra-se em locais de difícil acesso ou de acesso restrito, o que dificulta um maior contato da população com esses registros e, conseqüentemente, resulta em um conhecimento reduzido deles. Acredita-se que as evidências de vandalismo encontradas em alguns sítios arqueológicos são resultado de um desconhecimento da importância que esse Patrimônio Arqueológico tem para a ciência e para cultura regional: “A destruição de sítios arqueológicos, seu uso inadequado e o roubo de peças por todo o país nos dão uma referência da situação da noção de público e privado. Muito embora a lei 3924/61 seja bastante clara e ampla, o cidadão comum não tem consciência da lei” (BEZERRA DE ALMEIDA, 2003, p. 284). No contexto local, destaca-se que

O Tocantins é um cenário pré-histórico de significativa variedade cultural e significativa importância arqueológica, tendo em vista a diversidade das técnicas elaboradas por estes povos para excussão da arte rupestre e a variedade de motivos inscritos nas rochas para além da localização do estado. Entretanto, em meio a riqueza arqueológica, o Tocantins necessita de ações educativas, pois os sítios rupestres estão sendo apagados diariamente pela ação de vândalos que os extinguem com mais intensidade que o tempo os guarda. (BRAGA, 2010, p. 77)

Algumas ações estão no caminho contrário à morosidade do poder público. Em 2013, foi criada a Associação das Mulheres Artesãs e Empreendedoras de Lajeado (AMAE), as quais viram nas belezas naturais de Lajeado e na arte rupestre uma possibilidade de dar identidade aos seus trabalhos. Algumas ceramistas já desenhavam grafismos encontrados nos sítios arqueológicos em suas obras. A entidade fomenta a arte local através do desenvolvimento econômico e social: “No momento, conta com uma agregação de famílias, grande parte oriunda do Programa

Bolsa Família (PBF) e outras da comunidade que estão dispostas a se desenvolverem por meio do artesanato e de outras iniciativas” (AMAE, 2017, p. 8).

O objetivo da associação é realizar atividades que possibilitem o desenvolvimento, a divulgação e a consolidação do patrimônio material e imaterial como dispositivo de desenvolvimento socioeconômico para a população de Lajeado. A qualificação e o aperfeiçoamento de recursos humanos e técnicos, através dos cursos oferecidos pela associação, contribuem para a difusão e o melhoramento da atividade artesanal. A entidade realiza a valorização dos mestres artesãos e dos produtos da cultura local, fomentando o fortalecimento dos processos de manufatura do artesanato. Essa valorização consolida os processos de conhecimento, preservação e pertencimento do Patrimônio Arqueológico de Lajeado como instrumento de integração social. A AMAE desejou ser um elo entre a Pré-História e a História, trabalhando um artesanato com a identidade local, construída por meio do conhecimento, ancorado na arte e na cultura, e trazendo uma transformação social (AMAE, 2017, p. 7). A apropriação da AMAE desse Patrimônio Arqueológico promove a democratização dos bens culturais, além de gerar renda, perspectiva de desenvolvimento, consciência de pertencimento e identidade.

Para facilitar os trabalhos das artesãs, tendo em vista a dificuldade de acesso aos sítios arqueológicos, o IPHAN desenvolveu um Catálogo Amostral de Registros Rupestres em Lajeado com imagens dos registros encontrados no município. Esse catálogo apresenta alguns dos registros rupestres, pinturas e gravuras, que podem ser vistos em sítios no município de Lajeado. O seu objetivo é servir como uma fonte de consulta para os artesãos da região, que terão acesso, de forma prática e segura, a símbolos da pré-história. (IPHAN, 2015, p. 5). Segundo a definição do IPHAN,

[...] as artesãs da AMAE – Associação das Mulheres Artesãs e Empreendedoras de Lajeado, TO, voltaram-se para as formações rochosas de sua cidade, onde, pintados em abrigos sob rocha da Serra do Lajeado ou gravados em matacões a céu aberto na beira e no leito do rio Tocantins, pode ser observada parte do repertório simbólico de grupos pré-históricos que viveram na região há, talvez, milhares de anos. (IPHAN, 2015, p. 4)

Figura 44 – Artesanato cerâmico com desenhos de arte rupestre



Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Lajeado (2021).

Outra ação importante, que então vez envolveu instituições públicas, diz respeito à construção de uma passarela no Sítio Arqueológico Vão do Caititu. A dificuldade de ter acesso aos sítios arqueológicos fez com que o IPHAN, em parceria com a Prefeitura Municipal de Lajeado, estruturasse o Sítio Vão do Caititu, para que a população tenha possibilidade de visitação: “O sítio se caracteriza pela presença de registros rupestres ao longo de 50 metros de um paredão arenítico, ele possui mais de 1,5 mil grafismos que representam animais, como pássaros e mamíferos, seres humanos e artefatos [...]” (IPHAN, 2020). O projeto atualmente está em fase de implementação, mas já conta com uma passarela de madeira (Figura 45) paralela ao paredão de pinturas e com um estudo em desenvolvimento para preservação do local.

Figura 45 – Passarela Sítio Arqueológico Caititu. Lajeado-TO



Fonte: Site do IPHAN (2021).

Esse projeto desenvolvido pelo IPHAN e prefeitura de Lajeado não contou com a participação da população local, através de projetos de Educação Patrimonial. Sendo assim, a população não tem envolvimento com projeto, cujo foco principal do projeto é o turismo e o desenvolvimento econômico, ou sequer sabe da existência desse sítio arqueológico, menos ainda da estrutura que está sendo feita. Apesar disso, a população pode e deve se apropriar desse local e, assim, desenvolver o pertencimento e a preservação do patrimônio. Para tanto, o trabalho de Educação Patrimonial desenvolvido na escola é fundamental.

Após a conclusão do projeto do Sítio Caititu, o trabalho de Educação Patrimonial ficará ainda mais envolvente para o estudante, pois poderá ser feita uma aula de campo abordando a importância da preservação desses locais. Os estudantes poderão registrar o momento através de vídeos, fotos e entrevistas, que depois poderão ser compartilhados em sala de aula, para toda a comunidade escolar.

4.3 Educação Patrimonial

A Educação Patrimonial é debatida e aplicada mesmo antes da criação do termo. A partir dos anos 1980, com a criação de um órgão responsável pelo patrimônio do país, começou a utilização do termo Educação Patrimonial:

Desde a sua criação, em 1937, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – manifestou, em documentos, iniciativas e projetos, a importância da realização de ações educativas como estratégia de proteção e preservação do patrimônio sob sua responsabilidade, instaurando um campo de discussões teóricas e conceituais e metodologias de atuação que se encontram na base das atuais políticas públicas de Estado na área. (IPHAN, 2014, p. 05)

É possível notar que desde sua criação, em 1937, o IPHAN já falava em “ações educativas”, mas, como já foi dito, a nomenclatura Educação Patrimonial e um debate claro voltado para esse tema somente foi realizado a partir 1983, no 1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, realizado no Museu Imperial de Petrópolis-RJ (IPHAN, 2014, p. 13).

Em 2004, foi criada a Gerência de Educação Patrimonial e Projetos (GEDUC), primeira instância da área central do IPHAN voltada para a Educação Patrimonial. Em 7 de maio de 2009, o Decreto nº 6.844 vincula a Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC) ao recém-criado Departamento de Articulação e Fomento (DAF) (IPHAN, 2014, p. 14).

Para definir Educação Patrimonial, é importante a conceituarmos a partir do entendimento IPHAN, pois é através deste que o debate vem se constituindo ao longo dos anos:

Atualmente, a CEDUC defende que a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. (IPHAN, 2014, p. 19)

Como visto, o histórico de ações educacionais no campo do patrimônio estão presentes no Brasil há mais de 80 anos. Nesse longo período, a forma como é trabalhada a Educação Patrimonial foi sendo modificada, buscando uma maior aproximação dos bens patrimoniais com a comunidade: “Não se quer ‘alfabetizar culturalmente’ ninguém ou transmitir valores assentados na valorização de

memórias. No âmbito educacional, queremos crer que o patrimônio e a história podem ajudar crianças e jovens a pensar em si, no outro e no mundo de forma sensível e reflexiva” (GIL, 2020, p. 108).

Sendo assim, a busca deste trabalho é por estabelecer nas aulas de História uma Educação Patrimonial que consiga ser desenvolvida das turmas do 6º ano do Ensino Fundamental. É importante que a contínua construção do ensino de História seja dinâmica e envolva o aluno, fazendo do processo de aprendizagem algo horizontal. A proposta de uma Educação Patrimonial que valorize os bens culturais arqueológicos pode ser uma alternativa nesse processo:

Nesse novo cenário que se configurava, o ensino de História foi repensado tendo em vista o quadro de mudanças que acenava a partir desse turbilhão de acontecimentos. Para se pensar o ensino inteirado com essas mudanças, novas temáticas, metodologias, didáticas e fontes precisavam ser sistematizadas e problematizadas em sala de aula. Desta forma, a aplicação da metodologia de Educação Patrimonial no ensino de história torna-se viável, haja vista que são ampliadas as discussões referentes à identidade cultural, legitimadas também pela própria Constituição brasileira de 1981. (BEZERRA, 2018, p. 11)

O trabalho com Educação Patrimonial durante muito tempo foi construído de forma informativa. O olhar técnico do Estado era sobreposto muitas vezes ao olhar da comunidade da qual o patrimônio cultural fazia parte. Levar o conhecimento sobre determinado bem cultural baseado somente em argumentos técnicos se tornou comum, inclusive sob orientação do próprio IPHAN, que se considerava detentor de uma metodologia específica para o trabalho de Educação Patrimonial, dividida em quatro etapas (1º observação, 2º registro, 3º exploração e 4º apropriação).

No ano de 1996, Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro lançaram o *Guia Básico de Educação Patrimonial*, material que foi posteriormente utilizado pelo próprio IPHAN, se tornando uma de suas publicações mais famosas. Esse “guia” deixou claro o viés metodológico/instrutivista de educação, seguindo uma veia colonizadora em relação ao patrimônio cultural, na medida em que o concebe como anterior ao indivíduo e não como resultado de uma apropriação carregada de conflitos, embates, consensos e dissensos entre os sujeitos sociais (TOLENTINO, 2018, p. 46).

O Guia Básico de Educação Patrimonial trabalha alguns conceitos, considerando-os como uma prerrogativa para compreensão e aplicação de um trabalho de Educação Patrimonial. Diante desse panorama, Patrimônio Cultural,

cultura, identidade e memória são alguns dos conceitos apontados pela autora que ainda fazem uma crítica à sua aplicabilidade, tendo em vista que o Guia do IPHAN trabalha com um público escolar. O Guia faz um caminho de teoria para prática, sendo aconselhável o caminho inverso: prática e depois teoria. Diante disso, questiona-se: “Não seria um equívoco partir de conceitos abstratos, principalmente em se tratando de um público escolar, formado por crianças, mas, mesmo também, em relação aos jovens?” (SCIFONI, 2017, p. 11).

Outro aspecto que limita o debate sobre Educação Patrimonial é o uso de jargões: “No campo da educação patrimonial, uma dessas ideias do passado que se reproduz na atualidade é a do conhecer para preservar, jargão comumente utilizado para justificar a necessidade de ações educativas” (SCIFONI, 2019, p. 17). Essa máxima de “conhecer para preservar” foi bastante usada pelo IPHAN em seus primeiros anos, cuja mensagem virara senso comum, limitando bastante o debate, além de despolitizá-lo. O conhecer para preservar é importante e necessário, mas não é suficiente por si só, sendo necessário uma Educação Patrimonial reflexiva e crítica que leve em consideração o conhecimento que a comunidade tem sobre determinado bem cultural e que possa ser transformadora.

Destaca-se que não é descartada, no processo de Educação Patrimonial, a máxima de “conhecer para preservar”, porém, não pode ser colocada como a força motriz para o desenvolvimento de um trabalho que envolva sujeitos que mantêm relação geracional com esses bens culturais. Apenas argumentos técnicos não farão com que as pessoas passem a preservar, pois seria como desempoderá-los diante de sua própria história. Certamente, a população local tem muito mais a ensinar sobre os bens culturais, que muitas vezes ultrapassa gerações, do que representantes de instituições. Estas têm muito o que conhecer/aprender com as comunidades sobre esses bens culturais:

“Conhecer para preservar” é uma campanha que deve ser levada, principalmente, à esfera do poder público, junto aos vereadores de câmaras municipais, prefeitos, governadores, deputados do legislativo, que, não raramente, pressionam os órgãos públicos para aprovações de empreendimentos que causam a perda física ou de significados dos bens culturais. Deve ser enfatizada, também, junto aos empreendedores imobiliários que têm destruído sistematicamente os suportes materiais de memória coletiva nas cidades brasileiras, produzindo aquilo que Carlos (2001) chamou de espaço amnésico [...]. Conhecer para preservar é, igualmente, uma lição que deve ser difundida entre os próprios gestores públicos do patrimônio que, muitas vezes, têm dado exemplos de aprovações de intervenções e licenciamento de obras que, contraditoriamente, causam destruição ou descaracterização do próprio objeto de sua tutela. (SCIFONI, 2017, p. 8)

Educação Patrimonial não pode ser vista somente de uma forma, sendo necessária uma grande diversidade de atuação que parta principalmente de um conjunto de interesses. No caso do Estado, desde a década de 1930 é fomentada uma patrimonialização instrutivista e informativa. Esse processo, tido como “educação bancária” por Paulo Freire (1987), reprodutora somente de informações, seria uma via de mão única, pois não considera o saber do outro. Seria considerar o outro como um cofre vazio, no qual o detentor do conhecimento deposita seus saberes:

Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro. (FREIRE, 1987, p. 39)

O processo de enriquecimento do outro faz com que sejam replicadores de tal conhecimento, significando a doação do que se considera saber mais para aqueles que sabem pouco ou nada sabem. Esse suposto conhecimento superior provoca uma relação hierárquica, contribuindo para a perpetuação das injustiças sociais, colonialidade, racismo e o patriarcalismo por meio do patrimônio cultural:

Nessa linha de pensamento, a educação patrimonial é vista como transmissão de informações, com o fim de conscientizar e levar a “luz” do conhecimento à população. É, portanto, um processo educativo que tem como base a reprodução de informação e a educação como via de mão única. Isso caracteriza uma violência simbólica, na perspectiva bourdieusiana, na medida em que coloca o outro na condição de receptor passivo e considera os patrimônios como uma coisa dada, os quais precisam aceitá-los, e que já foram definidos por um agente ou por um suposto grupo coeso, do qual eu não participei. (TOLENTINO, 2019, p. 145)

Outra forma de atuação diz respeito a uma Educação Patrimonial de caráter dialógico, na qual existe a possibilidade de construção coletiva do bem patrimonial e também das suas formas de preservação a partir do diálogo e da negociação, levando em consideração os diferentes olhares, as posições divergentes sobre os bens patrimoniais. Com isso, trata-se de um processo que fomente uma reflexão crítica na apropriação do Patrimônio Cultural, em vez de uma Educação Patrimonial meramente instrutivista.

Por meio da mediação, torna-se possível a apropriação do conhecimento e dos saberes locais, dos diferentes saberes e do olhar da vivência das comunidades. Nesse sentido, a Educação Patrimonial problematizadora pode ser comparada com a concepção de educação crítica de Paulo Freire, na qual há uma ação dialógica e

de leitura do mundo, contribuindo para a problematização e politização. Portanto, o foco é a transformação do *status quo*, isto é, o objetivo não é somente de preservar, mas de transformar a relação com esse patrimônio cultural. A Educação Patrimonial instrutivista é vista como uma educação bancária, já a Educação Patrimonial problematizadora pode ser associada a educação crítica, ou educação problematizadora:

Mais uma vez se antagonizam as duas concepções e as duas práticas que estamos analisando. A “bancária”, por óbvios motivos, insiste em manter ocultas certas razões que explicam a maneira como estão sendo os homens no mundo e, para isto, mistifica a realidade. A problematizadora, comprometida com a libertação, se empenha na desmitificação. Por isto, a primeira nega o diálogo, enquanto a segunda tem nele a indispensável relação ao ato cognoscente, desvelador da realidade. A primeira “assistencializa”; a segunda, critica. A primeira, na medida em que, servindo à dominação, inibe a criatividade e, ainda que não podendo matar a intencionalidade da consciência como um desprender-se ao mundo, a “domestica”, nega os homens na sua vocação ontológica e histórica de humanizar-se. A segunda, na medida em que, servindo à libertação, se funda na criatividade e estimula a reflexão e a ação verdadeiras dos homens sobre a realidade, responde à sua vocação, como seres que não podem autenticar-se fora da busca e ria transformação criadora. (FREIRE, 1987, p. 49)

O conceito de Educação Patrimonial não é algo estático, tendo em vista que várias reflexões foram feitas, desde os anos de 1980, quando foi mais difundido esse debate no Brasil, até os momentos atuais. Nesse cenário, a busca por uma maior efetividade nas políticas públicas impulsiona o debate. Em 2012, o IPHAN lançou o Inventário Pedagógico em parceria com o programa Mais Educação, do Ministério da Educação, cuja proposta era “o mapeamento inicial das referências culturais e potencialidades educativas que estão imersas na realidade escolar, além de organizar e reunir informações sobre o patrimônio cultural local, partindo do olhar dos estudantes” (FLORÊNCIO, 2019, p. 70).

Após o Inventário Pedagógico, o IPHAN publicou a Portaria 137/2016, que abriu o caminho para um debate mais amplo em que “os processos educativos deverão primar pelo diálogo permanente entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades”. Na sequência, ainda em 2016, foi lançado o Inventário Participativo em uma série de livros sobre Educação Patrimonial. Com isso,

O objetivo dos inventários participativos é o de se constituir em uma ferramenta de educação patrimonial com objetivos principais de fomentar no leitor a discussão sobre patrimônio cultural, assim como estimular que a própria comunidade busque identificar e valorizar as suas referências culturais. Nessa perspectiva, considera a comunidade como protagonista para inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio, numa construção dialógica do conhecimento acerca

de seu patrimônio cultural. Alinha, ainda, o tema da preservação do patrimônio cultural ao entendimento de elementos como território, convívio e cidade como possibilidades de constante aprendizado e formação, associando valores como cidadania, participação social e melhoria de qualidade de vida. (FLORÊNCIO, 2019, p. 71)

Direcionar os esforços para que haja de fato uma Educação Patrimonial problematizadora, ou seja, dialógica é o caminho que deve ser trilhado por todos que estão envolvidos nessa temática. A luta é diária para aqueles que veem suas referências culturais se dispersarem em interesses institucionais. É necessário, portanto, ficar atento às estratégias criadas pelos interesses hegemônicos que visam naturalizar a exploração social, usando para isso pseudo-benefícios. Nesse sentido,

A educação patrimonial que se proponha a ser renovadora deve partir, necessariamente, desta problematização da realidade e das políticas de patrimônio no país, desmistificando ideias conservadoras do passado, superando os limites de uma ação tradicionalista fundada na transmissão de informações e conteúdos. Mudar as práticas é, assim, essencial. (SCIFONI, 2017, p. 13)

O debate sobre Educação Patrimonial ajuda na compreensão das relações de conflito, da luta cotidiana das comunidades para manter sua história viva, livre de interferências/interesses que alterem ou substituam seus valores culturais. Além disso, destaca-se também o debate sobre o próprio agente patrimonial, que por vezes reproduz interesses hegemônicos por falta de conhecimento crítico, acreditando que está contribuindo com a comunidade, mas que suas ações podem suprimir o que há de mais importante para essas comunidades - o seu patrimônio cultural.

5. PRODUTO PEDAGÓGICO: PERFIL NA REDE SOCIAL *INSTAGRAM*® - “ARQUEOLOGIA LAJEADO”

Os avanços das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) no século XXI tiveram reflexos em toda sociedade, inclusive na educação. A informação, após sua seleção, passa por interpretação, entendimento e possivelmente pode se transformar em conhecimento (LOPES, 2016, p. 15).

Apesar da “tecnologia” nos remeter a algo recente, o fato é que está presente desde a pré-história, quando o homem aperfeiçoou suas ferramentas para facilitar a busca por alimentos, descobrindo como manejar o fogo, inventando a roda. Mais recentemente, o ser humano criou as embarcações, o automóvel, o avião, o telefone, a televisão, a música (discos de vinil, fitas K7, CDs, MP3), a forma como captamos e arquivamos imagens: “O desenvolvimento da ciência associou-se ao desenvolvimento tecnológico, isto é, a tecnologia é a aplicação do conhecimento científico para obter-se um resultado prático” (BRITO; PURIFICAÇÃO, 2011, p. 22).

Na sociedade atual, o avanço de diversas tecnologias mudou a vida do ser humano, alterando como se produz, consome, modificando até o acesso aos direitos à cidadania. A mais importante tecnologia inventada no mundo contemporâneo é a *internet*, a responsável por vários outros avanços tecnológicos, como, por exemplo, a comunicação social, que passou a ser em grande parte *on-line*, através de redes sociais. Seria impossível desassociar o desenvolvimento social com o avanço tecnológico.

No ensino, avanço tecnológico pressiona por mudança na forma como se ensina e como se aprende, lançando grandes desafios à educação brasileira, dentre os quais consta a ampliação do acesso dos estudantes a essas novas tecnologias. A equidade do acesso à tecnologia é possível ampliando o acesso dos estudantes, independentemente do lugar onde vivem. É importante a escola dar acesso a computadores, tablets, smartphones, plataformas, videoaulas, entre outros recursos que possam aproximar os estudantes dos conteúdos digitais. A diversidade, a interatividade e o dinamismo desses recursos digitais podem ajudar o estudante a entender e aplicar melhor o conhecimento adquirido. Nesse sentido, é possível democratizar e personalizar melhor a educação, fazendo com que cada discente encontre a melhor maneira de aprender, além de garantir que cada

estudante siga no seu ritmo, a partir dos seus interesses e conforme o seu perfil de aprendizagem.

As novas tecnologias aproximam a educação do universo cotidiano dos alunos, também ajudando a prepará-los para o presente e o futuro, tanto pessoal quanto profissional. Cada vez mais, a sociedade é mediada por novos recursos tecnológicos, mas no processo educacional é preciso intercalar atividades usando os novos recursos tecnológicos com atividades tradicionais. Alguns estudantes optarão por plataformas digitais, outros por games, por aplicativos de rede sociais, outros por papel e caneta, trabalho em grupo, trabalhos de campo etc. Nesse processo, o importante é que todos compartilhem suas experiências, como foi o aprendizado com cada ferramenta escolhida por eles:

Entretanto, só o uso não basta; se as tecnologias educacionais não forem bem utilizadas, garantem a novidade por algum tempo, mas não que realmente aconteça uma melhoria significativa na educação. Dessa forma, o simples uso das tecnologias educacionais não implica a eficiência do processo ensino-aprendizagem nem uma “inovação” ou “renovação”, principalmente se a forma desse uso se limitar a tentativas de introdução da novidade, sem o compromisso do professor que a utiliza e com a inteligência de quem aprende. (BRITO; PURIFICAÇÃO, 2011, p. 40)

O professor é fundamental na orientação do uso dos recursos tecnológicos pelos estudantes, pois oferece a oportunidade de criar novas estratégias de aprendizado, fazendo com que a educação esteja flexível, além de disponível a toda hora, em todo lugar, de modo a possibilitar cada vez mais autonomia para o discente: “Pensamos na importância de um trabalho pedagógico em que o professor reflita sobre sua ação escolar e efetivamente elabore e operacionalize projetos educacionais com a inserção das novas tecnologias da informação e da comunicação no processo educacional” (BRITO; PURIFICAÇÃO, 2011, p. 26). Porém, para que esse processo tenha eficácia, fator fundamental é a formação dos professores, sendo importante que estes se familiarizem com os recursos tecnológicos, de modo a entender as possibilidades no uso dessas ferramentas em sala de aula.

Apesar da importância dos novos recursos tecnológicos, é preciso evitar o risco de simplesmente informatizar os processos tradicionais de educação, substituindo a lousa pela plataforma, o livro por aplicativos digitais ou mesmo a aula convencional por uma videoaula. Sendo aula algo muito importante, a tecnologia não substitui o papel do professor, o que indica a necessidade de se ficar atento e evitar os efeitos prejudiciais do uso de recursos tecnológicos na educação. É importante

destacar também “os cuidados que devem ser tomados antes de se fazer o uso pedagógico das TDIC, em especial as redes sociais on-line, pois não se pode pensar que esses recursos são a salvação de todas as mazelas que assolam a educação” (LOPES, 2016, p. 20).

Nesse sentido, é indispensável garantir o acesso aos recursos tecnológicos para todos os estudantes brasileiros. Conectividade com a internet rápida e estável é fundamental para que estudantes e professores tenham acesso aos recursos mais atuais, sendo necessário também garantir a distribuição da rede Wifi por todo perímetro escolar, de forma a garantir a circulação por toda a escola, pelas salas de aula e pelos pátios. É importante também garantir que esse uso seja feito com naturalidade, em que as pessoas utilizem essas tecnologias como se estivessem usando o um caderno e uma caneta.

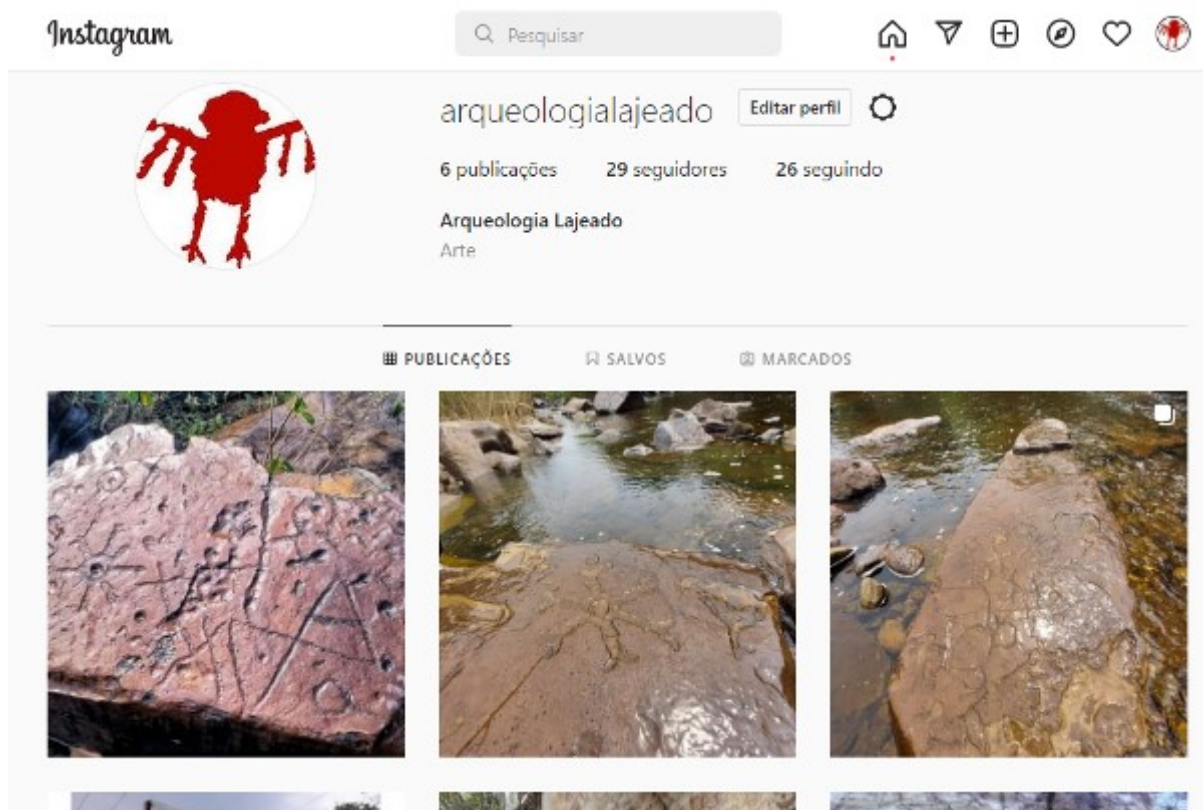
Como já exposto, é inevitável a aceitação de que essas ferramentas tecnológicas, desde que usadas com sabedoria, podem contribuir para o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes. Existem milhares de aplicativos e plataformas dedicadas às redes sociais on-line, como é o caso do Instagram, que possui características que podem atender a proposta de auxiliar no processo de ensino-aprendizagem nas aulas de História. Por ser uma plataforma gratuita, o Instagram pode ser usado em computadores e smartphones, tornando-se muito usado entre os jovens do Brasil e do mundo no compartilhamento de fotos e vídeos. É um recurso interessante para ser mobilizado na educação, pois o estudante poderá registrar e/ou compartilhar vídeos, documentos, links e fotos no aplicativo e escrever suas impressões sobre a imagem. O aplicativo permite ainda que os professores e estudantes cadastrados sigam outros perfis, que podem ser pessoais, profissionais ou temáticos, com variados conteúdos. O Instagram possibilita ainda que os usuários através dos perfis tenham também seguidores. Além disso, há a possibilidade de construção de narrativas a partir também do recurso de comentário nos conteúdos compartilhados nos perfis (MORAES, 2019, p. 02). Com isso, destaca-se que

Hoje, mais do que nunca, pensar nas diversas formas de interação com os alunos é de fundamental importância, para tornar os conteúdos mais dinâmicos e atrativos. A versatilidade do aplicativo Instagram permite também ao usuário intercambiar experiências formativas que podem ser aplicadas ao processo de ensino e de aprendizagem, implicando destacar que, por produzir respostas imediatas às publicações, o “Insta” ainda facilita a compreensão do processo de conceitos, criando espaços a partir do

embate de ações, dentro da perspectiva de autonomia do estudante. (LINHARES; MENESES; SANTOS, 2021, p. 14)

Diante disso, foi possível, através desta pesquisa, usar o aplicativo *Instagram*® para auxiliar o professor nas aulas de História, sendo criado um perfil chamado “Arqueologia Lajeado”.

Figura 46 – Print da conta “Arqueologia Lajeado”, da rede social Instagram



Fonte: Nascimento Júnior (2022).

Em sala de aula, o professor poderá, junto com os estudantes, socializar e problematizar essas impressões registradas, estabelecendo um diálogo com as informações científicas já construídas sobre os registros arqueológicos de Lajeado. Diante do crescente aumento do uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) pelos jovens, é preciso que o sistema educacional busque alternativas que facilitem o diálogo, melhorando assim processo de ensino-aprendizagem.

O produto didático-pedagógico (“Arqueologia Lajeado”, na rede social Instagram) auxilia no processo de ensino-aprendizagem nas aulas de História, mas não limita outras possibilidades, demonstrando mais ainda a necessidade de

ampliação das estratégias utilizadas. Outras estratégias também podem ser usadas através da Educação Patrimonial, tais como: avaliar através de um questionário a noção que os estudantes têm do valor histórico e patrimonial desses registros; esclarecer, através de palestras e roda de conversas, a importância dos sítios arqueológicos tanto para a comunidade local quanto para humanidade; desenvolver oficinas que simulam uma escavação arqueológica; promover exposição de artefatos arqueológicos; confeccionar um catálogo didático impresso com imagens desses registros locais. A escola é o ambiente onde essas estratégias para o conhecimento podem e devem ser desenvolvidas. Nas aulas de História, a Educação Patrimonial poderá contribuir para que a Pré-História seja apresentada de uma forma didática. A proposta foi usar o produto didático-pedagógico “Arqueologia Lajeado”, na rede social Instagram, criado nesta pesquisa, para auxiliar nas aulas de História do Ensino Fundamental da Escola Municipal Sebastião de Sales Monteiro, possibilitando, com isso, mais uma alternativa interativa no processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido,

Com o mundo cada vez mais conectado à internet e envolvido com o uso massivo das TDIC, representadas pelas redes sociais e aplicativos, visto que proporcionam uma infinidade de possibilidades de interação, e, conseqüentemente, construção de conhecimentos, há, também, o estímulo às escolas e professores a buscar meios de aproveitar ao máximo o potencial desses espaços virtuais interativos. (LOPES, 2016, p. 17)

Existe hoje uma série de informações sobre esses sítios arqueológicos no município de Lajeado, sendo a maior parte pesquisas científicas acadêmicas (Dissertações e Teses), requerendo do leitor determinados saberes que muitos não possuem. O perfil na rede social “Arqueologia Lajeado” funciona como um “painel digital de imagens”, possibilitando ao estudante ter uma atitude historiadora. O uso de materiais e objetos arqueológicos, e também a visita em sítios arqueológicos, auxilia o professor e os alunos a se questionarem sobre o significado das coisas do mundo, estimulando a produção do conhecimento histórico problematizado em âmbito escolar:

De que material é feito o objeto em questão? Como é produzido? Para que serve? Quem o consome? Seu significado se alterou no tempo e no espaço? Como cada indivíduo descreve o mesmo objeto? Os procedimentos de análise utilizados são sempre semelhantes ou não? Por quê? Essas perguntas auxiliam a identificação de uma questão ou objeto a ser estudado. Diferentes formas de percepção e interação com um mesmo objeto podem favorecer uma melhor compreensão da história, das mudanças ocorridas no tempo, no espaço e, especialmente, nas relações sociais. (BRASIL, 2017, p. 398-399)

Alguns sítios arqueológicos são de difícil acesso, enquanto outros podem ser visitados, pois se encontram no perímetro urbano da cidade de Lajeado. Além disso, os estudantes da zona rural também têm acesso a alguns outros sítios. Nesse sentido, já é possível registrar algumas imagens desses sítios arqueológicos no perfil “Arqueologia Lajeado”.

Outra possibilidade de contato dos estudantes com esses materiais arqueológicos é o acervo do NUTA. Mediada pela escola, é possível uma visita com os alunos. Lá se encontram vários fragmentos arqueológicos resgatados pelas pesquisas decorrentes de projetos que envolveram grandes impactos ambientais. Na visita, o estudante poderá ter acesso a um vasto conteúdo que representa parte da história de sua região. Os objetos materiais apresentados durante a visita poderão ser fotografados e lançados no perfil “Arqueologia Lajeado”, e depois problematizados em sala de aula. Nesse sentido, a escola é o ambiente onde essas estratégias para o conhecimento podem e devem ser desenvolvidas. Nas aulas de História, a Educação Patrimonial poderá contribuir para que a Pré-História seja apresentada de uma forma didática.

Esta pesquisa buscou uma aproximação com o mundo digital que vive o estudante. Para isso, o produto criado parte do uso de uma ferramenta tecnológica amplamente difundida entre os estudantes. Desse modo, o perfil na rede social Instagram®, chamado de “Arqueologia Lajeado”, fará com que as aulas de História sejam uma extensão do cotidiano dos estudantes.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de ser dramático, mas tentando expressar o mais puro sentimento de um docente, digo que a profissão de professor no Brasil é injusta. A injustiça está presente desde a remuneração, principalmente de professores da Educação Básica, até o ambiente estrutural que é encontrado nas escolas. Se isso não fosse o bastante, parte da sociedade acredita que a vida de professor é tranquila, pois ele “só dá aula”. Enfrentar todos esses desafios e criar coragem para estudar, visando uma melhor qualidade em suas aulas, pensando na contribuição que os estudos proporcionarão a comunidade, é ter mais que coragem: é ter amor. Acreditar que a educação pode promover a emancipação social é a força motriz que um professor deve ter para fazer a diferença em suas aulas: “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (FREIRE, 2000, p. 67).

Lajeado é uma cidade belíssima, com recursos naturais hipnotizantes, riquezas arqueológicas que podem explicar como o Brasil foi povoado. No entanto, como diz o velho ditado que “Santo de casa não faz milagres”, a maioria dos moradores desconhece esse potencial, o que reflete, em parte, a falta de envolvimento da população, mas, sobretudo, a inexistência de políticas voltadas para difusão desse patrimônio. Considerando que a educação é fundamental nesse processo, infelizmente, os investimentos na área são cada vez mais escassos e, quando há, muito é desviado para o bolso de corruptos.

Sendo assim, a proposta deste trabalho foi fomentar nos estudantes um conhecimento que até então muitos não possuíam, trazendo para sala de aula os registros arqueológicos de Lajeado e enfatizando sua importância para toda comunidade. Uma Educação Patrimonial problematizadora e dialógica, juntamente com ferramentas tecnológicas como a conta na rede social Instagram “Arqueologia Lajeado”, foi importante para o entendimento de fomentar o sentimento de preservação e pertencimento entre os estudantes.

Contudo, a trajetória até a conclusão deste trabalho foi árdua. Em 2020, ano do desenvolvimento da pesquisa, o mundo se deparou com uma pandemia provocada pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2). Com a disseminação do vírus, houve a necessidade de isolamento social, o que resultou na suspensão das aulas para conter a disseminação do vírus e a doença provocada por ele, a Covid-19.

Na Escola Sebastião de Sales Monteiro, local escolhido para o trabalho com os alunos do 6º ano, tivemos a suspensão das aulas presenciais desde março de 2020, que se prolongou durante todo ano. Segundo dados do *Consórcio de Veículos de Comunicação*⁴, até janeiro de 2022, as mortes por Covid-19 no Brasil chegaram a mais de 600 mil e o país se tornou o epicentro da pandemia no mundo. Essa realidade catastrófica só foi possível por dois motivos: o primeiro foi a falta de planejamento do Governo Federal para a produção e aquisição de vacinas (ao invés disso, o governo incentivou o uso de medicamentos sem comprovação científica, como a Hidroxicloroquina, e apostou na “imunização de rebanho”, ambas as ações condenadas por cientistas e pela Organização Mundial da Saúde – OMS), enquanto o segundo fator foi a condução do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro em relação às medidas preventivas contra a disseminação do vírus. O Presidente conduziu a crise incentivando as pessoas a se aglomerarem e a não usarem máscaras faciais. Como a transmissão é feita pelo ar, o uso de máscaras sempre foi recomendado por cientistas e órgãos responsáveis pelo combate da Covid-19. Esse fator culminou na disseminação rápida do vírus e provocou a morte de centenas de milhares de brasileiros.

O planejamento feito pela escola em 2020 foi no sentido de iniciar as aulas em 2021 de forma híbrida, com parte das aulas presenciais e a outra de forma remota. Contudo, com o descontrole da pandemia e a falta de vacinas, as aulas continuaram suspensas em 2021. Esse cenário impactou a pesquisa, que tinha como metodologia proposta a *pesquisa-ação*⁵, na qual a participação dos estudantes é fundamental. Nesse sentido, houve a necessidade de conduzirmos a pesquisa com outra metodologia, que é a *pesquisa bibliográfica*⁶ e *pesquisa documental*⁷.

⁴ Em resposta à decisão do governo Jair Bolsonaro de restringir o acesso a dados sobre a pandemia de Covid-19, os veículos G1, O Globo, Extra, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e UOL decidiram formar uma parceria e trabalhar de forma colaborativa para buscar as informações necessárias nos 26 estados e no Distrito Federal.

⁵ Tanto a pesquisa-ação quanto a pesquisa participante se caracterizam pelo envolvimento dos pesquisadores e dos pesquisados no processo de pesquisa. Nesse sentido, distanciam-se dos princípios da pesquisa científica acadêmica. A objetividade da pesquisa empírica clássica não é observada (GIL, 2008, p. 31).

⁶ A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte

O constante debate sobre a necessidade de alternativas metodológicas para o ensino de História é uma tarefa contínua, pois, assim como a sociedade muda sua dinâmica, a escola e a forma como se conduz uma aula também devem ser modificadas. Essa mudança visa envolver o estudante em um processo do qual ele encontra significado. Agir com conservadorismo no sentido metodológico somente cria uma lacuna entre o estudante e o conhecimento. Esta pesquisa buscou uma aproximação com o mundo digital vivido pelo estudante. Para isso, o produto criado parte do uso de uma ferramenta tecnológica amplamente difundida entre os alunos. Desse modo, o perfil na rede social *Instagram*®, chamado de “Arqueologia Lajeado”, fará com que as aulas de História sejam uma extensão do cotidiano dos estudantes.

dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo (GIL, 2008, p. 50).

⁷ A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2008, p. 51).

REFERÊNCIAS

Associação das Mulheres Artesãs e Empreendedoras de Lajeado – AMAE. **Relatório do Encontro Internacional de Arte e Cultura em Lajeado-TO**. Lajeado, 2017.

BEZERRA, M. O Público e o Patrimônio Arqueológico: Reflexões Para a Arqueologia Pública no Brasil. **Habitus** (UCG. Impresso), Goiânia, v. 1, n.1, p. 275-296, 2003.

BEZERRA, J. L. M. . Aprendendo História: a educação Patrimonial como proposta de intervenção no Mercado Municipal de Araguaína.. In: Vasni de Almeida.. (Org.). **Historia da educação e métodos de aprendizagem em ensino de história..** Palmas - TO: EDUFT, 2018, v. 1, p. 01-391.

BORLOZ, Alexis Acauan. Sobre o ensino de Pré-História. In: **Revista catarinense de História**. Florianópolis, ANPUH, ano I, nº1, p. 85, maio de 1990.

BRAGA, Ariana Silva. **Mapeamento dos sítios arqueológicos rupestres no estado do Tocantins**. ARKEOS – Perspectivas em diálogo 28. Portugal, 2010.

BRANCO, E. P.; BRANCO, A. B. de G.; IWASSE, L. F. A.; ZANATTA, S. C. Uma visão crítica sobre a implantação da Base Nacional Comum Curricular em consonância com a reforma do Ensino Médio. **Debates em Educação**, [S. l.], v. 10, n. 21, p.47–70,2018. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/5087>>. Acesso em: 13 fev. 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular - BNCC**. Versão preliminar. Brasília: MEC, 2017.

_____. Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA. **Resolução n.001**, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 fev. 1986.

_____. **Lei n. 9.605**, de 12 de fevereiro de 1998. Lei dos Crimes Ambientais. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm. Acessado em agosto de 2021.

_____. **Decreto de lei n. 25**, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília, DF: Presidência da República – Casa Civil Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acessado em agosto de 2021.

BRITO, Glaucia da Silva; PURIFICAÇÃO, Ivonélia da. **Educação e novas tecnologias: um (re)pensar**. 3. ed. rev. atual. e ampl. Curitiba: IBPEX, 2011.

BUENO, L. (2005a) **Variabilidade Tecnológica nos sítios líticos da região de Lajeado, médio rio Tocantins**. (Tese de doutorado em Arqueologia MAE-USP). São Paulo.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2020.

FUNARI, Pedro Paulo; NOELLI, Francisco Silva. **Pré-história do Brasil**. 4. Ed. 7ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.

FLORENCIO, Sônia Rampim. Política de educação patrimonial no Iphan: diretrizes conceituais e ações estratégicas. **Rev. CPC**, São Paulo, n.27 especial, p.55-89, jan./jul. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. "Investigação em Educação Patrimonial e Ensino de História (2015-2017)". In. **CLIO. Revista de Pesquisa Histórica** – CLIO (Recife. Online), 38, jan-jun, 2020. ISSN: 2525-5649

HORTA, M.L.P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A.Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília, IPHAN, Museu Imperial, 1999.

IPHAN. **Catálogo Amostral de Registros Rupestres em Lajeado**. Palmas - TO: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2015.

_____. **Construção da passarela do Sítio Arqueológico Caititu**. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/to/noticias/detalhes/5674/obra-de-construcao-da-passerela-do-sitio-arqueologico-caititu-e-concluida-em-lajeado-to>>. Acessado em 20 de agosto de 2021.

_____. **Instrução Normativa n. 01**, de 25 de março de 2015. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 26 mar. 2015, sec. 1, n. 58, p. 11.

_____. **Portaria nº 7**, de 01 de dezembro de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, 15 dez. 1988b. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_007_de_1_de_dezembro_de_1988.pdf>. Acessado em 21 agosto 2021.

_____. **Educação Patrimonial** - políticas, relações de poder e ações afirmativas. João Pessoa: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016.

_____. **Portaria 137, de 28 de abril de 2016**. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 29 abr. 2016, sec. 1, n. 81, p. 06.

_____. **Educação Patrimonial: Inventários Participativos**. Manual de Aplicação. Brasília: Coordenação de Educação Patrimonial/Iphan, 2016.

_____. **EDUCAÇÃO PATRIMONIAL** Histórico, conceitos e processos. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf>. Acessado em 20 de agosto de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/lajeado/panorama>>. Acessado em 20 de agosto de 2021.

LINHARES, Ronaldo Nunes; MENESES, Adriana Santos de Jesus; SANTOS, Sheilla Costa dos. **USO PEDAGÓGICO DO INSTAGRAM NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA PANDEMIA DA COVID. 10º Simpósio Internacional de Educação e Comunicação**.

LOPES, Cristiano Gomes. **O ensino de História na palma da mão: o WhatsApp como extensão da sala de aula**. Araguaína, TO, 2016. 126f.

MAGALHÃES, Basílio de. Algumas notas sobre os Cherentes. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 155 (1927), p. 5-30, 1928.

MILLER JUNIOR, T. O.. Usos da Arqueologia na Sala de Aula. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 34, p. 133-160, 2009.

MOI, F.P. **Os Xerente: um enfoque etnoarqueológico**. São Paulo: AnnaBlume, 2007. v. 1. 209p.

MORAES, Daniela Martins de Menezes. Ensinar e Aprender História nas Redes Sociais Online: Possibilidades e desafios para o espaço escolar. **30º Simpósio Nacional de História** – Recife, 2019.

NATURATINS - Instituto Natureza do Tocantins. **Resumo Executivo (Anexo 6. do Produto 8) APA Serra do Lajeado**. Tocantins, 2019. Disponível em: <<https://central3.to.gov.br/arquivo/484166/>>. Acessado em 06 de junho de 2021.

NATURATINS - Instituto Natureza do Tocantins. **Resumo Executivo (Anexo 6 do Produto 8) da Área de Proteção Ambiental Serra do Lajeado (APASL)**. Consórcio Con&Sea Ltda./Codex Remote, Tocantins, 2019. 97p.

PEDREIRA, Antônia Custódio. **Patrimônio cultural**: possibilidades de conhecer e aprender as culturas das localidades do Projeto SALTPONTE II. Porto Nacional – TO, 2011. 62p.

PEREGRINO, Umbelino. Patrimônio Cultural: uma construção da cidadania. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). **Educação Patrimonial reflexões e práticas**. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012.

RODRIGUES, Lysias. **Roteiro do Tocantins**. 5º Edição Palmas: Alexandre Acampora, 2011.

SAB – Sociedade de Arqueologia Brasileira. NOTA DA SAB SOBRE FALAS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA SOBRE A GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO BRASILEIRO. Teresina, 2021. Disponível em: < https://www.sabnet.org/informativo/view?TIPO=1&ID_INFORMATIVO=1186 >. Acesso em: 05/02/2022.

SCIFONI, Simone. Desafios para uma nova educação patrimonial. **Revista Teias**, vol 18, nº 48, Jan-Mar, 2017.

SCIFONI, Simone. Conhecer para preservar: Uma ideia fora do tempo. **Rev. CPC**, São Paulo, n.27 especial, p.14-31, jan./jul. 2019.

SEPLAN - Secretaria do Planejamento e do Meio Ambiente do Estado do Tocantins. **Inventário e Diagnóstico Ecoturístico da Região de Palmas e entorno**. Ruschmann Consultores. Palmas, 2001. p. 118-137. Disponível em: <http://gesto.to.gov.br/site_media/upload/gestao/documentos/LAJEADO.pdf>. Acesso em: 06 de junho de 2021.

SEPLAN - Secretaria do Planejamento e Orçamento do Estado do Tocantins. **Perfil Socioeconômico dos Municípios**. Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas. Palmas, 2017. p. 39. Disponível em: < <https://central3.to.gov.br/arquivo/227362/> >. Acesso em: 20 de agosto de 2021.

SCHROEDER, Ivo. **Política e Parentesco nos Xerentes**. 2006. 303 f. Tese (Pós-Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação Patrimonial e Construção de Identidades: Diálogos, Dilemas e Interfaces. **Rev. CPC**, São Paulo, n.27 especial, p.133-148, jan./jul. 2019.

TOLENTINO, Átila Bezerra. **Educação patrimonial**: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação Patrimonial Decolonial: Perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização Federal. **Sillogés** – v.1, n.1, jan./jul. 2018 - ISSN 2595-4830.

UNITINS - Fundação Universidade do Tocantins. **Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI-2012-2016.** - Palmas, 2012. 200p. Disponível em: <
<https://www.unitins.br/cms/Midia/Arquivos/G639RVAXSUFLCIVVQ5FBAENRNHIGJOKNJFFLRWWBXA.pdf>> Acesso em: 20 de agosto de 2021.